DROYSEN IN ITALIA

SULLA RICEZIONE DELLA TEORIA DELLA STORIA

FRANCESCO GUERRA

*iU

Droysen in Italia:
sulla ricezione della teoria della storia

Francesco Guerra

UFG

Universidade Federal de Goiás

Reitor
Orlando Afonso Valle do Amaral

Vice-Reitor
Manoel Rodrigues Chaves

Pró-Reitora de Graduação
Gisele Araújo Prateado Gusmão

Pró-Reitor de Pós-Graduação
Jesiel Freitas Carvalho

Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação
Maria Clorinda Soares Fioravanti

Pró-Reitora de Extensão e Cultura
Giselle Ferreira Ottoni Candido

Pró-Reitor de Administração e Finanças
Carlito Lariucci

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos
Geci José Pereira da Silva

Pró-Reitor de Assuntos da Comunidade Universitária
Elson Ferreira de Morais

*iU

Conselho Editorial da Editora da Imprensa Universitária (*iU)

Coordenação Editorial - Conselho Editorial
Profa. Alice Maria Araújo Ferreira (UnB)
Prof. Antón Corbacho Quintela (UFG) - Presidente
Profa. Divina Aparecida Anunciação Vilhalva (UFG)
Prof. Igor Kopcak (UFG)
Profa. Joana Plaza Pinto (UFG)
Servidor TAE João Pires (UFG)
Profa. Pamora Mariz Silva de F. Cordeiro (PUC-Goiás)
Prof. Revalino Antonio de Freitas (UFG)
Prof. Salustiano Álvarez Gómez (PUC-Minas)
Prof. Sigeo Kitatani Júnior (UFG)

© Francesco Guerra, 2017

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Géssica Marques

Capa
Géssica Marques

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Seção de Normalização CEGRAF/ UFG

G934d Guerra, Francesco
Droysen in Italia:sullaricezionedella teoria dellastoria/Francesco Guerra.– Goiânia :Editora da Imprensa Universitária, 2017.
95p.

Livro em italiano
ISBN 978-85-93380-08-2

1.Política Prussiana. 2.Johann Gustav Droysen. 3.Estudos de recepção. 4. Filosofia. I. Título.

CDU(140/141:304.42)=131.1

Catalogação na fonte
Natalia Rocha CRB13054

Apresentação

{ao livro *Droysen in Italia: sulla ricezione della teoria della storia* de Francesco Guerra}

Já se pode dizer que existe uma comunidade relativamente internacional de investigadores interessados na vida e na obra de Johann Gustav Droysen, o autor alemão que sintetizou história, teoria e política de uma maneira que quase não encontra rival entre os seus contemporâneos oitocentistas. Ainda assim, o autor da *História do Helenismo* e da *História da Política Prussiana* permanece, no mais das vezes, à distância da memória disciplinar dos historiadores, bem como das reflexões sobre a epistemologia da história e das ciências humanas.

É pena que isso aconteça. Quando conhecemos um pouco mais sobre Droysen ficamos sabendo que o século XX historiográfico não inventou o perspectivismo, o conhecimento situado, o construtivismo, a relatividade da verdade histórica, a noção da história como resposta a perguntas, o senso de que a pesquisa não se deve limitar aos documentos oficiais, entre outras tantas coisas. Estudar com calma a sua obra é, na verdade, uma das melhores estratégias existentes para precisar os reais descolamentos entre a melhor

epistemologia histórica do século 19 e as teorias congêneres subsequentes. Pode também servir, se quisermos, para nos imunizar contra generalizações exageradas e equivocadas que muitas vezes acompanham a aplicação de velhos (mas amiúde insubstituíveis) conceitos de época como "positivismo" ou "historicismo".

Prestar esse tipo de esclarecimento à comunidade historiográfica (e também à filosófica) é, sem dúvida, uma das tarefas que alargam a relevância da *Droysen-Forschung*, da qual Francesco Guerra é hoje um dos mais ativos e profícuos representantes. Não é a primeira vez que esse acadêmico toscano se aventura na pesquisa sobre ou em torno de Droysen. Já publicou dois livros sobre o pensamento político de Droysen, assunto a que se dedicou ao longo do doutorado, obtido em 2010, na Universidade de Pisa.[1] Além disso, é autor de diversos artigos derivados das suas investigações sobre a obra de Droysen e de outros historiadores alemães.[2]

Com o seu interesse pela obra de Droysen e, mais amplamente, pelo que podemos designar de modo fluído com o termo "historicismo alemão", Guerra situa-se, ele próprio, na embocadura de uma outra importante tradição intelectual: a do germanismo histórico-filosófico italiano. Tem esta entre os seus mais conhecidos expoentes Benedetto Croce (1866-1952) e Giovanni Gentile (1875-1944), e foi levada adiante até os dias atuais por filósofos e\ou historiadores como Carlo Antoni (1896-1959), Delio Cantimori (1904-1966), Furio Diaz (1916-2011), Pietro Rossi (1930-), Fulvio Tessitore (1937-). Quase todos esses nomes (além de alguns outros) são, curiosamente, os personagens centrais da presente obra de Francesco

---

1 Francesco Guerra, Il (Super)Reich prussiano e luterano di Droysen tra Macht e Friedenspolitik. Aracne, Roma, 2014; Id., 'Conjunge et imperabis'. Einheit e Freiheit nel pensiero politico di Johann Gustav Droysen. Società Editrice Il Mulino, Napoli, 2016.

2 Ver, por exemplo, Id., Friedrich Meinecke: da Ranke al cristianesimo secolarizzato, in «Scrinia», 4 (3), 2007, pp. 115-24; Id., Droysen tra trascendentalismo e ontologia, in «Archivio di storia della cultura», XX, 2007, pp. 341-71; Id., Alle origini del comprendere indagando (Forschend zu verstehen): il carattere empirico del materiale storico e la critica al concetto di 'fatto oggettivo' nella Istorica di J. G. Droysen, in «Scrinia», 4 (1), 2007, pp. 47-75; Id., Questa fu la Prussia. Il carteggio tra Johann Gustav Droysen e Heinrich von Treitschke, in «Annali dell'Istituto Italiano per gli Studi Storici», XXIII, 2008, pp. 567-635.

Guerra. Este, aliás, há muito que se mantém em diálogo com Tessitore e reconhece ampla dívida intelectual para com ele.

Nesse sentido, não é completamente descabido procurar no livro de Guerra algo de autobiográfico; senão, pelo menos, algo que ressoa na própria identidade intelectual do autor. No primeiro plano de *Droysen na Itália* não está a vida e a obra de Droysen, mas obviamente a maneira como esta última foi lida, recebida, adaptada e criticada no ambiente intelectual italiano de finais do século 19 e do século 20. Aqui, Guerra, o germanista filosófico de hoje, estuda os esforços com que germanistas de outrora interpretaram, assimilaram e instrumentalizaram a obra de Droysen. Ao fazê-lo, conduz-nos por uma aventura intelectual muitíssimo interessante que está longe de se ter esgotado no passado, e da qual ele próprio participa. De quebra, encaminha a comunidade de investigadores da obra de Droysen para o que parece ser uma das suas fronteiras mais carentes de atenção: os estudos de recepção.

Arthur Alfaix Assis
Universidade de Brasília

Droysen in Italia:
sulla ricezione della teoria della storia[3]

Francesco Guerra

[3] Il presente saggio, col titolo *Droysen en Italia: la recepción académica de la teoría de la historia*, è stato presentato al convegno *Institucionalización y estrategias profesionales de la historiografía (siglos XIX y XX)* presso l'Istituzione «Fernando el Católico» e la Facoltà di Filosofia e Lettere di Saragozza (25 al 27 febbraio 2010). Il presente lavoro costituisce una versione rielaborata e ampliata del suddetto intervento.

1. *Antonio Labriola*

La ricezione della teoria della storia di Johann Gustav Droysen in ambito italiano è *in primis* legata a una breve prelezione letta da Antonio Labriola all'Università di Roma il 28 febbraio 1887 e dedicata a indagare i problemi della filosofia della storia. Il maestro napoletano, dopo avere riconosciuto che la filosofia della storia era una tendenza e non una dottrina costituita, articolava il proprio intervento lungo tre questioni: di metodo, di principi e di sistema, al fine di riconoscere «lo scabroso e l'oscuro» che è nella natura stessa della filosofia della storia[4]. Il nome di Droysen all'interno del testo emergeva allorché Labriola si soffermava sul concetto di istorica, termine con il quale indicava «la propedeutica della concezione storica, nei tre aspetti dell'interesse, che ci muove alla ricerca, del metodo che teniamo nel ricercare, e della esatta, ossia, della obiettiva esposizione»[5]. La presenza della teoria storica di Droysen all'interno del pensiero di Labriola appare piuttosto complessa, inficiata come è da elementi che sono con essa

---

4 A. Labriola, *Tutti gli scritti filosofici e di teoria dell'educazione*, L. Basile e L. Steardo (a c. di), B. De Giovanni (postfazione di), Bompiani, Milano, 2014, p. 1060.

5 *Ibidem*, p. 1067.

in contrasto, quale il positivismo, e parimenti risentendo, nella generale impostazione del problema storico, dell'influenza di un tipo di pensiero che al positivismo si opponeva in maniera sostanziale. Tali caratteristiche emergono in particolare nella definizione di istorica data da Labriola, cui si è fatto poc'anzi riferimento.

L'interesse che muove alla ricerca e la metodologia storiografica scelta sono due elementi presenti nella *Historik* droyseniana fin dal primo corso svolto dal professore pomerano a Jena nel 1857, mentre il riferimento alla obiettiva esposizione costituisce un elemento di rottura rispetto all'impostazione di Droysen, il quale nelle sue lezioni sottolineò sempre il carattere situato della ricerca storica[6]. Un tale andamento ondulatorio si avvertiva anche nelle prime pagine della prelezione, dove era messo in evidenza come argomento del lavoro sarebbe stato quello di discutere le principali questioni di indole generale relative alla filosofia della storia, questioni che «nascono nel nostro spirito dalla considerazione scientifica dei fatti umani storici (...)». Pertanto Labriola, al pari di Droysen, avvertiva la necessità di assegnare alla disciplina storica uno statuto conoscitivo del tutto proprio, indipendente dal metodo scientifico delle scienze naturali. Tuttavia, la discontinuità con lo storico di Alessandro tornava nella parte iniziale del paragrafo successivo, dove il filosofo napoletano specificava che col termine storia non andrebbe inteso qualcosa che per noi costituisca un oggetto in sé, «né d'intuizione diretta, né di vera e propria osservazione, se

---

6 Nella scansione dell'*Istorica* del 1857, in polemica col Wachsmuth dello *Entwurf einer Theorie der Geschichte*, si legge: «Tante grazie per questa sorta di oggettività eunuca, e se la imparzialità e verità storica consiste in questo modo di considerare le cose, allora gli storici migliori sono i peggiori, e i peggiori i migliori. {Non pretendo di avere nulla di più, ma anche nulla di meno, che la verità relativa del *mio* punto di vista, quale mi consente di averlo la mia patria, la mia convinzione religiosa, politica, la mia epoca. Lo storico deve avere il coraggio di confessare questi limiti, perché ciò che è limitato e particolare è di più e più ricco che l'universale.} {<L'imparzialità oggettiva, quale la raccomanda per es. Wachsmuth nella sua istorica, è inumana. Umano è piuttosto essere parziali.>}». J.G. Droysen, *Istorica. Lezioni di enciclopedia e metodologia della storia (1857)*, S. Caianiello (a c. di), Guida Editore, Napoli, 1994, p. 356. D'ora in avanti si citerà come segue: Istorica 57.

pure all'una ed all'altra parola vogliamo attribuire un significato preciso; per non dir poi dell'esperimento, che qui non c'entra per nulla»[7].

Nelle lezioni sulla istorica, Droysen, definendo l'oggetto di cui la scienza storica avrebbe dovuto occuparsi, ne metteva in risalto il carattere empirico, riconoscendo come l'indagine potesse avviarsi soltanto a partire dalle testimonianze che il passato aveva lasciato in eredità al presente, in particolare da quelle materiali (reperti storici)[8]. Continuità e discontinuità sembravano rimanere in sintomatica tensione anche nel capoverso successivo, quando lo studioso napoletano individuava nella «natura e qualità intrinseca dell'interesse, che ci muove alla ricerca», nella «precisione del procedimento, che assicuri della certezza del risultato» e da ultimo nella «obiettività della esposizione», i «tre concetti di propedeutica e di metodologia speciale» su cui dovrebbe fondarsi una buona teoria storica, che non volesse essere ricompresa negli angusti confini della filosofia della storia[9].

La continuità poteva rintracciarsi nel richiamo all'interesse, che dovrebbe muovere alla ricerca, quanto Droysen riassumeva nell'icastica formula secondo la quale può darsi storia solo di ciò che ha un interesse per il presente[10]. Parimenti, i riferimenti di Labriola alla precisione del procedimento, come pure alla certezza del risultato, e alla obiettività

---

7 A. Labriola, *op. cit.*, pp. 1061-63.

8 Cfr. la sezione dedicata all'euristica in J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., per cui si vedano le pp. 162-212. Molto opportunamente Greiert ha definito il principio della scienza storica di Droysen nei termini di un 'presentismo' (*Presentismus*). Lo spirito finito del ricercatore può solo ricostruire la storia attraverso una trasposizione dei singoli *Geschäften* in *Geschichte*. Cfr. A. Greiert, "*Viele sind berufen, aber wenige auserwählt". Geschichtstheorie, Politik und sittlicher Kosmos bei Johann Gustav Droysen*, in «Historische Zeitschrift», 292 (2011), p. 402.

9 A. Labriola, *op. cit.*, p. 1067.

10 Nella parte dedicata alla discussione storica Droysen osservava: «(…) Noi continuiamo a ricavare {ed indagare} le epoche passate a partire dalla ricchezza del presente; ma possiamo, così come si cattura la luce in uno specchio concavo per illuminare con tanta più intensità nel suo fuoco un singolo punto, proiettare all'indietro il raggio della conoscenza e certezza così acquisite sull'attuale domanda del presente. Ciò non significa altro che assodare la coscienza della sua connessione storica, la sua posizione nella continuità del divenire». J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., p. 393.

dell'esposizione sembrano più da ricondursi alla generale *Stimmung* positivista del periodo che non alla ricezione di una compiuta teoria della storia fondata sul *Verstehen*[11]. Nel corso delle sue lezioni, Droysen, non aveva parlato di 'certezza' del risultato e 'obiettività' dell'esposizione, preferendovi piuttosto l''esattezza' del risultato, che non è certezza, e ponendo al centro della propria metodologia di ricerca la concreta soggettività dello storico impegnato nell'indagine[12].

La seconda sezione della prelezione si apriva sulla questione concernente i principi reali su cui aveva da poggiare l'indagine e l'esposizione storica. Labriola prendeva le mosse da una prospettiva di pensiero di segno droyseniano, allorché si domandava quali fossero «nella infinità degli accadimenti umani (…) quelli che chiamiamo storici? E li chiamiamo così per uso e tradizione, o perché abbiamo una ragione intrinseca per distinguerli, e poi contrapporli ai fatti umani che non sono storici? La specificazione, insomma, è essa apparente, o reale; fondata su la convenzione, o su principii conoscitivi stabili?»[13]. L'impressione che si ricava da queste pagine è che il professore napoletano sia più interessato a cogliere i caratteri profondi di ciò che si caratterizzerebbe come fatto storico che non a un serrato confronto con la filosofia della storia di cui, nel titolo dell'intervento, si dichiarava di volere portare alla luce i problemi.

Al pari di Droysen, Labriola ammetteva come in mezzo al fluire della storia vi fossero formazioni, che trascenderebbero la contingenza storica. Si tratta di quelle formazioni, definite etiche dallo storico pomerano, individuabili nelle istituzioni politiche. La questione decisiva sembrava essere il riconoscimento del centro in cui queste formazioni risiedono, della forza che le contiene, dell'energia e del ritmo propri di questa forza. Al fine di comprendere tali formazioni, la ricerca storica si era dedicata primariamente

---

11 Cfr. A. Labriola, *op. cit.*, pp. 1065-66.

12 Cfr. J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., p. 337. Su tutto questo discorso resta a mio avviso fondamentale la recensione all'*Istorica* scritta da Hayden White, per cui si veda H. White, Recensione a J.G. Droysen, *Historik*, in «History and Theory», XIX (1980), pp. 73-93.

13 A. Labriola, *op. cit.*, p. 1068. Cfr. la parte introduttiva delle lezioni sulla enciclopedia e metodologia della storica, in particolare *Istorica 57*, cit., pp. 79-83 e 85-89.

a evidenziarne il prima e il poi, mettendo in relazione i singoli fatti sulla base dell'analogia e dando in pari tempo centralità ai concetti di trasformazione e neoformazione.

Di qui si sarebbe diffusa l'abitudine a declinare i fatti del vivere umano, a cui si è dato il nome di storia, secondo un sentimento scientifico in virtù del quale le formazioni stabili appaiono il centro principale dell'attività di indagine. Parimenti «le neoformazioni si accettano qual fatto immediato del passar della vita d'una in altra condizione; e quando accada di associare al concetto del semplice processo un qualche apprezzamento pratico, si parla poi di progresso o regresso». La domanda posta al filosofo, prima ancora che allo storico, sembrava riguardare la definizione intrinseca associata al fatto storico, ossia, se fosse possibile «determinare i fulcri su cui riposano i sistemi di attività coordinata; e che significato e valore abbiano le neoformazioni; e in questi tre capi per l'appunto si assolve la dottrina dei principii reali»[14]. Per quanto Labriola in questo luogo non faccia il nome di Droysen, appare difficile pensare che queste pagine possano essere state scritte senza la mediazione del piccolo *Sommario di istorica*[15].

La comprensione dei fatti del vivere umano come storia rimandava a precisi luoghi delle lezioni droyseniane entro cui lo storico di Alessandro riconosceva agli eventi storici uno statuto conoscitivo loro proprio, del tutto differente dal metodo di conoscenza impiegato nella spiegazione dei fenomeni naturali[16]. Il metodo delle scienze storiche, in misura cospicua nella

---

14 A. Labriola, op. cit., pp. 1068-69. Cfr. J.G. Droysen, Istorica 57, cit., pp. 417 sgg. Si tratta della sezione dedicata alla Sistematica.

15 Cfr. A. Labriola, *op. cit.*, pp. 1067 sgg.

16 Cfr. il capitolo primo dal titolo *La storia e il metodo storico*, in J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., pp. 85-125. In riferimento alla teoria della storia droyseniana, Jaeger ha declinato il rapporto tra natura e storia in essa presente nei termini di una argomentazione 'culturale-antropologica'. Pertanto, l'uomo sarebbe capace di storia, perché in grado di declinare questa nei termini del suo carattere di specie, ciò che lo definisce nelle sue qualità essenziali. Cfr. F. Jaeger, *Bürgerliche Modernisierungskrise und historische Sinnbildung Kulturgeschichte bei Droysen, Burckhardt und Max Weber*, Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen, 1994, p. 40. Suggestiva, sebbene non condivisibile, è la tesi di Liebel-Weckowicz secondo la quale Hegel avrebbe rintracciato il significato della libertà nello Stato, mentre Droysen nella nazione. Nonostante la fondatezza del riferimento, vi è che in Droysen, proprio per l'influenza di Hegel, il confine tra Stato e

scansione della seconda redazione della *Istorica* (1882), su cui fu condotta la traduzione italiana del *Sommario*, si differenziava da quello valido nelle scienze naturali, essendo fondato sul concetto del 'comprendere indagando' (*forschend zu verstehen*) e non su quello della spiegazione (*Erklärung*)[17]. Un riconoscimento da cui discendevano ulteriori distinzioni, colte da Droysen nelle differenti redazioni del proprio lavoro.

Qui, accanto al valore dell'individuale e dell'irripetibile, concetti basilari per la comprensione storica, si trovava posta anche la questione del valore dell'analogia in storia e della necessità di reperire nella corrente della storia quelle formazioni che, pur mutando, nei loro tratti principali sembrerebbero mostrarsi ogni volta simili. Droysen le caratterizzava come potenze etiche, laddove Labriola parlava di formazioni stabili[18]. Il riferimento alla processualità, intesa come passaggio da una formazione stabile all'altra, avvicina una volta di più la riflessione di Labriola a quella di Droysen, parimenti il professore pomerano, anche in altri luoghi, connotava tale processualità nei termini di una 'teologia della storia'[19]. Sebbene la

---

nazione risulta da ultimo ondivago, problematico, venendo i due termini spesso impiegati quasi in maniera sinonimica. H. Liebel-Weckowicz, Recensione a F. Jaeger, *Bürgerliche Modernisierungskrise und historische Sinnbildung: Kulturgeschichte bei Droysen, Burckhardt und Max Weber*, in «History and Theory», 34 (1995), p. 264.

17 Stueber ritiene che all'interno della concezione del comprendere droyseniano vi siano due differenti elementi, che lo storico pomerano non riuscirebbe a tenere sempre distinti in modo chiaro. Da un lato, egli concepì il *Verstehen* in un senso psicologico, come comprensione di tipo empatico, mentre, dall'altro, ne propose una interpretazione anche in senso non psicologico, intendendolo come una attività interpretativa che procede in maniera olistica e che sarebbe guidata dal circolo ermeneutico. Cfr. K.R. Stueber, *Understanding Versus Explanation? How to Think about the Distinction between the Human and the Natural Sciences*, in «Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy», 55 (2012), pp. 18-19. Articolo consultabile al sito: http://dx.doi.org/10.1080/0020174X.2012.643621.

18 Cfr. J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., pp. 98-101, 278-288 e 417-498. Cfr. M. Riedel, *Der Staatsbegriff der deutschen Geschichtsschreibung in seinem Verhältnis zur klassisch-politischen Philosophie*, in «Der Staat», 2 (1963), p. 51.

19 Su questo discorso si veda la cosiddetta *Prefazione privata*, nota col titolo di *Teologia della storia*, in J.G. Droysen, *Istorica. Lezioni sulla enciclopedia e metodologia della storia*, L. Emery (a c. di), Ricciardi Editore, Milano-Napoli, 1966, pp. 377-94. D'ora in avanti si citerà come segue: Istorica 82. Tessitore acutamente ricorda il meineckiano avvicinamento tra Droysen e Ranke, parimenti individuando, a questo riguardo, anche gli elementi di sostanziale differenza. Cfr. F.

questione riguardante la relazione tra il lato metodologico e quello teologico del pensiero droyseniano sia assai complessa, in questa sede si può osservare che, per quanto in Droysen sia presente una concezione teologica della storia, essa non sembra mai interferire con la sua metodologia[20].

Pertanto, mentre nelle lezioni sulla *Historik* si potevano rintracciare echi del luteranesimo, finanche del pietismo, nella elaborazione di una teoria della storia dotata di una propria autonoma metodologia di ricerca, in questo intervento di Labriola il centro della riflessione restava la definizione da assegnare al fatto storico, individuandone i principi reali, ciò per cui è necessario determinare gli elementi salienti su cui tali formazioni sono fondate e quale significato e valore abbiano le neoformazioni che nel corso del tempo vengono a strutturarsi[21]. Lasciando sullo sfondo alcune questioni concernenti «i fulcri su cui riposano i sistemi di attività coordinata», Labriola si soffermava sul presunto superamento dei limiti che separano la storia dalla non storia, sostenuto da tutti coloro che «inclinano al monismo, cioè alla riduzione del sapere al principio dell'unità», il cui corollario è quello di riconoscere nel principio «della semplice e nuda evoluzione» il fondamento esclusivo della scienza storica. Si tratta di un punto di vista del tutto inaccettabile perché «c'indurrebbe (…) a ridurre in serie unica di modi e di forme successive i processi d'ogni genere, dagli embrionali dell'antropologia fino ai prodotti più complicati del pensiero e della realtà»[22].

Pur con parole diverse, sembra riaffiorare in queste righe l'opzione, che già era stata di Droysen, verso il 'pluralismo metodologico' tramite il quale il professore pomerano, nella seconda metà degli anni '50, intendeva sottrarre

---

Tessitore, *Parerghi e paralipomeni allo Historismus*, Scienza e Lettere, Roma, 2015, pp. 53-67, in particolare pp. 66-67. Cfr. A.A. Assis, *A didática da história de J.G. Droysen: constituição e atualidade*, in «Revista Tempo», 20 (2014), p. 4.

20 Cfr. S. Caianiello, *Introduzione a J.G. Droysen*, in J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., p. 97 nota 37.

21 Tra coloro, invero pochi, che in ambito italiano si sono soffermati sulla mediazione del luteranesimo nella teoria della storia droyseniana vi è stato Delio Cantimori, per cui si veda la *Nota* in G.G. Droysen, *Sommario di istorica*, Sansoni, Firenze, 1943, pp. 81-88, e *infra*, pp. 24-28. Infine, sia qui permesso rinviare al mio *Il (Super) Reich prussiano e luterano di Droysen tra Macht e Friedenspolitik*, Aracne, Roma 2014.

22 A. Labriola, *op. cit.*, pp. 1069-70.

il fatto storico alla prospettiva espressa dalla filosofia della storia hegeliana, da un lato, e dall'altro dal materialismo, prima, e in seguito dal materialismo positivistico. Anche il riferimento alla scienza storica come «sentimento preciso della distinzione» può porsi in continuità con quanto espresso da Droysen nelle sue lezioni, laddove rintracciava il valore primigenio degli eventi della storia nella loro irriducibile individualità contrapposta alla riproducibilità dell'esperimento nelle scienze naturali[23].

Labriola approfondiva il proprio punto di vista, precisando come in ogni fenomeno in cui l'essere umano è coinvolto non si tratterà mai «di un semplice trapasso d'uno in altro punto della medesima serie», né della altrettanto «semplice accumulazione secolare ed inconscia di prodotti che si alterino da sé, per impulso inerente alla lor propria natura», quanto, piuttosto, di «una certa maniera di tramutamento nell'azione propria dello spirito, una vera e propria epigenesi di natura peculiare. E le scienze storiche speciali, non meno che la storiografia generale, han bisogno di una teoria epigenetica della civiltà (…)». Da questa citazione emerge il tormentato rapporto tra il professore napoletano e le teorie positivistiche del periodo, di cui sembra accogliere alcuni presupposti di carattere procedurale, e rigettarne altri, più sostanziali, la cui applicazione alle discipline storiche ne avrebbe annullato ogni possibilità di una autonoma metodologia di ricerca. Qui, di nuovo, la mediazione del *Sommario di istorica* sembrava decisiva.

Le scienze storiche non si limitano a registrare cambiamenti estrinseci all'essere umano, riguardanti l'oggetto davanti al quale ogni volta lo storico si trova, perché il soggetto che osserva, col suo carattere situato, influenza la stessa ricezione dell'oggetto osservato[24]. Il tramutamento, il passaggio sancito dalla processualità presente in storia, verrà a caratterizzarsi come un'azione, da ultimo, sempre riconducibile al concreto soggetto storico che la compie. Forte di questo argomento, Labriola può riconoscere come

---

23 Cfr. *Istorica 57*, cit., pp. 85-125, in particolare pp. 98-108.

24 Non i secoli e i millenni del passato si presenteranno allo sguardo dello storico, «sarebbe, questa, la più pericolosa di tutte le illusioni, sarebbe un dileguarsi totale dell'oggetto e del nostro modo soggettivo di vedere: come se un astronomo volesse prendere il corso apparente dei corpi celesti per il loro movimento effettivo». J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., p. 87.

la conoscenza storica sia fondabile solo su una «teoria epigenetica della civiltà» al fine di non smarrirsi in un evoluzionismo definito cieco. Tale teoria risulta funzionale al riconoscimento di come le scienze storiche abbiano un riscontro nel metodo genetico della psicologia individuale, dove tutto è connesso «per condizioni e condizionato, per presupposti ed inferenze, ma non già per una semplice causa meccanica (…)».

Esclusa la causa meccanica, vi è che il processo genetico e quello epigenetico sembrano unirsi sotto il segno del valore dell'esperienza. Così declinata, la teoria della storia di Labriola sembra mantenere forti addentellati con quella droyseniana, individuabili nel riconoscimento del valore dell'esperienza e per altro verso nel più deciso rifiuto di ogni teoria della preformazione[25].

Un altro punto, che merita una trattazione precipua, riguarda il concetto di legge applicabile alla scienza storica. Droysen nelle sue lezioni escludeva che questo concetto potesse essere usato in sede di ricostruzione degli eventi del passato, facendone, di contro, uno degli elementi cardine posti alla base della spiegazione nell'ambito scientifico naturale.

Parimenti, vi è da dire che il significato che un tale concetto assume in questa prelezione è del tutto differente da quello valido per le scienze della natura. Labriola specifica che in questa particolare accezione il significato di legge risulta «analogo a quello della morfologia nelle scienze organiche; e consiste precisamente nel riconoscere le condizioni di corrispondenza; o d'azion reciproca, da cui nasce un dato tipo». Alla base di un simile approccio vi è il metodo comparativo, il cui apporto non consiste nella quantità di notizie accumulate, quanto nel sostanziale riconoscimento che le omologie di tipo possono permettere di comprendere anche tradizioni molto antiche, «che di frammentario che ci fu trasmesso, per il riferimento

---

25 A. Labriola, *op. cit.*, pp. 1071-72. «La considerazione razionale è giunta a supporre che vi siano state condizioni originarie dell'umanità di questo o quell'altro tipo, che influssi, quali ne esercitano il clima, l'alimentazione, l'ambiente geografico, ecc., abbiano formato gli uni in un modo, gli altri in un altro (…). La ricerca storica (…) non ha né la facoltà di scoprire una sapienza originaria, né può consentire che il clima, l'alimentazione, l'ambiente geografico ecc. abbiano plasmato a dovere la natura umana in questo o quell'altro modo a mo' di una materia malleabile». J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., p. 419.

comparativo piglia poi contorno più determinato e preciso»[26]. In altri termini, il professore napoletano sostiene che laddove la testimonianza risulti essere lacunosa, tale difficoltà può essere superata per il tramite di una omologa testimonianza, non frammentaria, presente in un contesto simile a quello che si vorrebbe ricostruire. Parole, queste, che riportano alla mente non tanto il nome di Droysen, quanto quello di Barthold Georg Niebuhr e le indagini da questi condotte sulla storia di Roma antica. Ciononostante i maggiori limiti riscontrabili nella *Römische Geschichte* riguardavano proprio l'utilizzo del metodo comparativo in ogni situazione in cui le fonti potevano dimostrarsi lacunose o, perfino, quasi del tutto assenti. La ricerca del tipo più generale, quand'anche si prendano a modello, come fa Labriola, i successi della linguistica, sembrava avere come conseguenza il rischio di travisare quel passato, che, al contrario, si intendeva comprendere e ricostruire[27].

L'ultimo tema affrontato da Labriola in questa seconda sezione riguardava il concetto di origine storica. Era anch'esso un argomento già toccato da Droysen nelle varie redazioni dell'*Istorica*, in particolare nel paragrafo dedicato al comprendere e allo spiegare. Lo storico pomerano dichiarava di avere concluso il capitolo sulla critica senza avere in nessun luogo introdotto una precipua sezione riguardante la ricerca sugli inizi, ossia, un procedimento critico per mezzo del quale fosse possibile giungere all'inizio genetico di un fenomeno storico. Era questa una ben efinita opzione epistemologica per mezzo della quale compito della ricerca storica non sarebbe stato più quello di spiegare, per esempio, le origini di Roma antica, bensì di riconoscere come una tale metodologia di indagine, definita da Droysen narrativa, non fosse altro che una astrazione per mezzo della

---

26 A. Labriola, *op. cit.*, p. 1073.

27 Sui successi della linguistica cfr. *Ibidem*, p. 1074. Cfr. B.G. Niebuhr, *Vorträge über römische Geschichte*, M. Isler (a c. di), 3 voll., vol. 1, G. Reimer, Berlin, 1846-1848, p. 75. Anche nella *Römische Geschichte* la linguistica, in questo caso comparata, costituiva uno dei punti archimedei della ricerca storiografica. Cfr. B.G. Niebuhr, *Römische Geschichte*, 4 voll., vol. 1, G. Reimer, Berlin, 1828, pp. 8-9. Sulla storiografia di Niebuhr vale la pena richiamare il saggio di H.P. Reill, *Barthold Georg Niebuhr and the Enlightenment Tradition*, in «German Studies Review», III (1980), pp. 12-13.

quale lo storico credeva «di poter giungere con la ricerca ad un inizio del divenuto a partire dal quale esporre geneticamente il suo divenire».

Astrazione assai rischiosa, perché, in tal modo, si creava nello storico «l'illusione che Romolo e Remo e il loro popolo, con la loro costruzione del muro, siano l'ultimo momento immediato cui ricondurre l'imponente storia romana. Che questi derivino da situazioni già divenute, che abbiano posto la loro fondazione nella stessa molteplicità di circostanze sussistenti, che l'inizio di Roma sia stato tanto mediato quanto condizionato da entrambi i momenti, tutto ciò viene negato da questo modo di procedere»[28].

Diversamente da Droysen, Labriola sembrava credere nel valore del concetto di origine storica, da lui visto quale argine contro «la rappresentazione fantastica della preformazione, e la immagine di una serie indefinita di mutazioni tutte ricondotte ad unità di principio formale». La convinzione espressa dal professore napoletano consisteva nel fatto di ritenere possibile procedere a ritroso verso un evento, dai tratti di maggiore complessità fino alle «tracce degli stadii più elementari, risalendo ai quali s'ha più preciso il sentimento della prima originazione». Perciò si trattava ogni volta di fermare l'analisi su quei fatti storici elementari, dai quali, mantenendo questi la connessione con ciò che è venuto dopo, sarà possibile comprendere le «forme successive e graduate».

Nella terza e ultima sezione della sua prelezione Labriola sembrava tirare le somme di quanto sostenuto nei precedenti paragrafi, tuttavia, sottolineando talune difficoltà proprie di ogni ricostruzione del passato, quali il problema della obiettività, di un uso eccessivo della comparazione, di una esposizione incapace di procedere geneticamente e di una applicazione dell'idea di progresso alla totalità dei fatti e delle condizioni umane. Temi, questi, che allontanano una volta di più Labriola dall'ambito della filosofia della storia, avvicinandolo a quella precipua costellazione di pensiero dello storicismo tedesco cui Droysen apparteneva. Al tempo stesso, però, la teoria e metodologia della storia di Labriola sembrano talvolta differenziarsi, anche in maniera sostanziale, da quella droyseniana.

---

28 J.G. Droysen, *Istorica* 57, cit., p. 271-72.

La questione della obiettività, per esempio, nell'*Istorica* è risolta attraverso il riconoscimento del carattere situato della scienza storica; pertanto, laddove Labriola parlava esplicitamente di «pregiudizi di razza, di religione o d'ideali politici», Droysen, invertendo i termini della questione, osservava: «Non pretendo di avere nulla di più, ma anche nulla di meno, che la verità relativa del mio punto di vista, quale mi consente di averlo la mia patria, la mia convinzione religiosa, politica, la mia epoca»[29]. Ancora, quella esposizione genetica in cui, di fatto, la proposta storiografica di Labriola sembra culminare, nella teoria storica droyseniana rappresenta il momento dell'esposizione narrativa, secondo la quale si dovrebbe «esporre storicamente la necessità del divenuto, che esso dovesse divenire in quel punto e proprio così (…) – una modalità di considerazione che, tradotta nel pratico e nel politico, proclama soltanto il potere di ciò che è stato sul presente, la falsa dottrina storica, la restaurazione e la reazione»[30].

Da ultimo, sebbene non privo di suggestioni positiviste, il pensiero storico presentato in questo scritto da Labriola sembra mantenere sostanziali punti di contatto con le tesi esposte da Droysen nelle sue lezioni sulla istorica; ciò di cui si può avere una perspicua testimonianza nella breve postilla aggiunta in occasione della pubblicazione di questa prelezione, dove, riferendosi agli studi storici, il professore napoletano scriveva: «(…) la configurazione particolare rimane sempre un *unicum sui generis*, da non confondere con l'individualità che ci rappresenta nella storia naturale l'esemplificazione della legge e del genere. Per questa ragione la storiografia serba e serberà sempre i caratteri di una disciplina a sé, che nessuna scienza potrà interamente risolvere in altri elementi»[31].

---

29 A. Labriola, *op. cit.*, p. 1074 e J.G. Droysen, *Istorica* 57, cit., p. 356.

30 *Ibidem*, p. 274.

31 A. Labriola, *op. cit.*, p. 1086.

2. *Benedetto Croce*

Nel 1927 Benedetto Croce ripubblicava per l'editore Laterza i saggi dedicati alla teoria della storiografia e all'estetica composti più di un trentennio prima (1893; 1894). Tuttavia, la nuova edizione si limitava a rinnovare i saggi soltanto dal punto di vista stilistico senza cambiamenti sostanziali nell'esposizione delle ricerche[32]. Tra questi scritti figurava anche la memoria letta il 5 marzo 1893 presso l'Accademia Pontaniana di Napoli dal titolo *La storia ridotta sotto il concetto generale dell'arte*. Nella presente memoria Croce sosteneva la tesi che la storia fosse ad un tempo scienza e arte, ricordando come una tale posizione non fu condivisa massimamente in

32 «In questa nuova edizione, ne ho ritoccato senz'alterarla la forma, e li ho alleggeriti di pagine ridondanti; ma, avendo rispetto alla loro quasi puerizia, ho lasciato che seguitassero a dire ciò che allora vollero dire, e che ormai io non direi più, o non direi proprio a quel modo». B. Croce, *Primi saggi*, Laterza, Bari, 1927², p. VII. Tra il 1912 e il 1913 in atti accademici e su riviste italiane apparvero diversi saggi di Croce, che, nel 1915, furono raccolti in un libro pubblicato in lingua tedesca, *Zur Theorie und Geschichte der Historiographie.* Il saggio apparve in lingua italiana l'anno seguente col titolo di *Teoria e storia della storiografia*. Qui nel primo paragrafo, *Storia e cronaca*, si trovano alcuni brevi cenni alla storiografia di Droysen con particolare riferimento alla sua critica delle fonti. Cfr. Id., *Teoria e storia della storiografia*, Bibliopolis, Napoli, 2007, p. 20.

Germania, dove gli storici preferirono ricercare un fondamento scientifico per il loro oggetto di studio[33].

D'altronde, nessuno poteva ignorare quali progressi gli studi storici avessero fatto sotto il profilo della metodologia di ricerca impiegata, della critica e della interpretazione, in virtù delle quali civiltà prima sconosciute furono scoperte e altre già note ricomprese in maniera del tutto nuova: «I cultori della storia (…) hanno disdegnato l'antica rosata catena, che congiungeva alla bella letteratura la loro disciplina e hanno affermato il carattere austeramente scientifico di questa. – Nessuno forse ha fatto tale affermazione con maggior nettezza di Giovan Gustavo Droysen, l'autore della *Storia della politica prussiana*, in un importante e suggestivo libriccino di *Elementi di Istorica* (*Grundriss der Historik*). Pel Droysen la storia è scienza e non già arte; le tendenze della scienza e dell'arte sono opposte ed inconciliabili; le preoccupazioni artistiche nocciono alla storia; le cosiddette storie artistiche, delle quali abbondano le letterature dell'Inghilterra e della Francia, non sono altro che lavori rettorici, *rethorische Kunst*»[34].

Occorre ricordare che alla data di pubblicazione del proprio scritto i soli materiali accessibili a Croce riguardanti l'interpretazione storica di Droysen erano quelli conservati nel *Sommario di istorica*, il quale costituiva una dispensa che il professore pomerano distribuiva ai propri allievi nel corso delle lezioni. Pertanto al filosofo non era accessibile la teoria della storia droyseniana nella sua esaustività, ciò che in ambito tedesco sarebbe avvenuto soltanto nel 1937 con la meritoria edizione di Rudolf Hübner, nipote di Droysen, già curatore alcuni anni prima (1929) del prezioso *Briefwechsel*. Per altro verso, va detto che in questo luogo Croce non sembra comprendere appieno la posizione espressa dallo storico di Alessandro, che consisteva nel riconoscimento della necessità per gli studi storici di dotarsi di una metodologia di ricerca autonoma, quanto nel *Sommario di istorica* sarà espresso attraverso la formula 'comprendere indagando' (*forschend zu*

---

33 In riferimento agli storici tedeschi Croce scriveva: «(…) gli storici per abito mentale ivi molto diffuso, provano frequente il bisogno di filosofare sulla loro disciplina». B. Croce, *Primi saggi*, cit., p. 3.

34 B. Croce, *Primi saggi*, cit., pp. 3-4.

verstehen). Declinata in questi termini, la disciplina storica si troverebbe a combattere una battaglia senza precedenti per la propria sopravvivenza ed è questa la prospettiva secondo la quale Droysen aveva rigettato l'idea che la storia potesse esprimersi in termini artistici. Qualora gli studi storici avessero seguito un simile indirizzo di ricerca, questi avrebbero dovuto abbandonare ogni pretesa di carattere epistemologico col rischio di vedersi relegati in una posizione di secondo piano, *in primis* rispetto alle scienze della natura. In altri termini, «la teoria della trattazione artistica della storia», scrive Droysen con riferimento alla storiografia di Gervinus, era inaccettabile, perché, nonostante «molte osservazioni argute, esse però non provengono dall'essenza e dal concetto della nostra scienza e del suo metodo»[35].

Il nome di Droysen ritornava, pur in maniera indiretta, nel paragrafo dal titolo *Il concetto della scienza e la storia*. La prospettiva presentata da Croce era quella secondo cui compito precipuo della storia fosse di narrare i fatti come sono realmente accaduti, specificazione con la quale si intendeva ricondurre tali fatti alle loro cause e non esporli in maniera estrinseca. Concetti ribaditi da Croce, allorché si soffermava sulla *History of civilisation in England* di Henry Thomas Buckle. Questi incappò in un grosso equivoco, all'origine della scarsa considerazione mostrata nei confronti della sua opera sulla storia della civilizzazione in Inghilterra, perché la storia «non formula leggi, ma narra quel che è accaduto»[36]. L'ideale crociano, secondo cui la storia si occuperebbe della narrazione delle cose come esse sono realmente accadute, riconduce al rankiano *wie es eigentlich gewesen*, aspramente criticato da Droysen, il quale in una simile posizione individuava un punto di singolare saldatura tra la storiografia di Ranke e il positivismo. Entrambi avrebbero posto al centro delle proprie indagini la ricerca del presunto 'fatto

---

35 J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., p. 335. Sotto questo precipuo rispetto si veda la critica mossa da Croce a Droysen riguardante il contenuto dei tre concetti: scienza, arte, storia. Cfr. B. Croce, *Primi saggi*, cit., p. 6. Cfr. S. Caianiello, *Verso una storia dell'Istorica di J.G. Droysen*, in «Archivio di Storia della Cultura», XXIII (2010), p. 297.

36 B. Croce, *Primi saggi*, cit., p. 20. Per quanto riguarda le conseguenze che la critica di Droysen alla *History of civilisation in England* di Buckle ebbe in ambito tedesco, sollevando una ribellione non solo scientifica ma finanche morale, si veda la nota 4 a pagina 20.

oggettivo', in tal modo prescindendo dalla mediazione operata dallo stesso soggetto della conoscenza: lo storico.

Nel paragrafo dal titolo *Il carattere del materiale storico* Droysen riconosceva come in storia tutto dipenda dalla corretta valutazione della fonte della conoscenza, ascrivendo alla scuola di Niebuhr e Ranke il grande merito di avere riconosciuto nel momento della critica la tecnica essenziale dell'arte storica. Parimenti si trattava di una metodologia di ricerca unilaterale, poiché lasciava completamente in ombra la questione relativa all'interpretazione, al comprendere[37]. L'ideale autoptico, professato in particolare da Ranke e dai suoi allievi, si illudeva di potere esporre il fatto storico quale era realmente accaduto, non rendendosi conto che di ogni passato sarà possibile presentare soltanto una 'ricostruzione postuma' essenzialmente fondata sul punto di vista decisivo per il presente. Droysen non esclude che si possa definire oggettivamente la storia come un decorso di cose, tuttavia osserva come, parlando di sviluppo storico, connessione organica, cause e conseguenze, gli storici non prestino alcuna attenzione a quanto di precognizione del risultato immettono in quel decorso oggettivo che intendono esporre[38].

Croce ritornava sulla questione riguardante lo statuto della storia, sia essa arte o scienza, nel paragrafo dal titolo *Il concetto dell'arte e la storia*, in cui è possibile rintracciare alcuni elementi, che, declinati con differenti modalità, si ritrovano anche sulla pagina droyseniana: «Ora, noi abbiamo visto che la storiografia non elabora concetti, ma riproduce il particolare nella sua concretezza; e perciò le abbiamo negato i caratteri della scienza. È dunque

---

37 Per quanto fondamentali possano considerarsi «tutti i possibili *mémoires*, i trattati e le corrispondenze dell'epoca napoleonica" questi non potrebbero mai restituire "neppure un'immagine fotograficamente corretta del periodo; negli archivi non si trova affatto la storia, ma gli affari statali e amministrativi in tutta la loro sconfortante estensione, che non sono più storia più di quanto non siano un quadro molte macchie di colore su di una tavolozza (…)». J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., p. 90.

38 J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., p. 86. Era questa una critica che nel corso del tempo, affermandosi sempre più il positivismo in ambito tedesco, in maniera del tutto originale avrebbe abbracciato la storiografia rankiana non meno che il paradigma epistemologico proprio delle scienze naturali esteso agli studi storici. Cfr. B. Croce, *Primi saggi*, cit., p. 36.

facile conseguenza, è sillogismo in tutta regola, concludere: che, se la storia non è scienza, dev'essere arte»[39]. Pertanto la storiografia non elaborerebbe concetti, ma si limiterebbe a riprodurre il particolare nella sua concretezza. Tuttavia, laddove Droysen, a seguito di questo riconoscimento, svolgeva la sua critica alla filosofia della storia hegeliana, il filosofo napoletano negava alla storiografia *tout court* il carattere della scientificità. Una negazione densa di conseguenze, perché la riproduzione del particolare nella sua concretezza, esclusa una metodologia fondata sul *verstehen*, potrà darsi soltanto per mezzo di un lavoro d'arte svolgentesi per Croce - come per Droysen, in particolare nella seconda redazione dell'*Istorica* - dalla parte del tempo.

Nel corso delle sue lezioni e nello scritto *Arte e metodo* il professore pomerano si era interrogato sulla considerazione artistica della storia, ritenendola del tutto inadeguata a studi storici che ambiscano ad uno statuto scientifico. L'istorica non può essere intesa come una poetica della storia alla maniera di Gervinus, il quale si sarebbe limitato a proporre regole di massima su come la storia debba scriversi. Fine ultimo degli studi storici non è scrivere libri di storia, quanto, piuttosto, interrogarsi sulla storicità nel suo complesso. Si tratta di dare risposta a tutte quelle domande che per adesso sono state risolte solo sotto il profilo pratico, per questo «l'istorica deve essere l'*organon* della nostra scienza {, quasi la dottrina della scienza della storia, secondo l'espressione fichtiana». Ciò che interessa a Droysen non concerne tanto la critica delle altrui opzioni di ricerca, quanto la fondazione di un vero e proprio *organon*, che possa fungere da centro attorno al quale il disordinato gravitare degli eventi storici sviluppi metodi di indagine e comprensione del passato realmente efficaci. L'istorica, rettamente intesa, fornirà gli strumenti epistemologici per la più esatta comprensione del passato, quanto, d'altronde, in modo istintivo, già è svolto dal lavoro dello storico[40].

Nel 1857, anno in cui per la prima volta, a Jena, tenne il corso dedicato a enciclopedia e metodologia della storia, Droysen vedeva minacciati gli studi

39 *Ibidem*, p. 24.

40 J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., p. 129.

storici da diverse direzioni. Vi era, da un lato, la minaccia del materialismo, quanto di lì a poco declinerà nei termini di un materialismo di matrice positivistica, convergente in quella tecnicizzazione della società, il cui corollario sembrava essere la disumanizzazione della stessa vita sociale, anche per mezzo del diffondentesi capitalismo, mentre, dall'altro, restava forte in ambito storico la lezione hegeliana, quella filosofia della storia, opposta a qualsivoglia ermeneutica storiografica, in cui Droysen rintracciava la coda di una visione teleologica della storia *tout court*. Minacce alle quali il professore pomerano intendeva porre un argine attraverso la fondazione teoretica della scienza storica[41].

La questione artistica della storiografia ritornava con un breve cenno ai lavori di Wachsmuth e Rühs per poi concentrarsi in maniera precipua sui *Fondamenti di istorica* di Gervinus. Parimenti, a dispetto di quanto sostiene il titolo del lavoro, i fondamenti della istorica non sarebbero stati esposti in alcun modo da Gervinus. Questi non si è interrogato su tali fondamenti, nella sua opera l'istorica starebbe alla storia come per Aristotele la Poetica sta alla poesia, essendo l'arte della storiografia il fulcro del proprio interesse, e senza fare «neppure cenno al fatto che la storia debba trovare un posto nel grande sistema della conoscenza umana, {e debba chiarire il proprio rapporto con le altre scienze, ancor meno mostra in che modo essa giunga ai suoi risultati, su quale fondamento si basi}»[42].

Di nuovo, tornano le argomentazioni relative allo statuto epistemologico che gli studi storici devono avere in una fase per loro assai delicata. In altri termini, qui non è più in discussione il valore del singolo fatto storico, la

---

41 Cfr. Id., *Politische Schriften*, F. Gilbert (a c. di), München und Berlin 1933, pp. 212-29, 307-42 e F. Meinecke, *Pagine di storiografia e filosofia della storia*, G. Di Costanzo (a c. di), Edizioni Scientifiche Italiane, Napoli, 1984, p. 309. Sul rapporto tra Droysen e il positivismo rimando alle preziose analisi svolte da Silvia Caianiello in *Verso una storia dell'Istorica di J.G. Droysen*, cit., p. 315. Maclean ricorda come Droysen sia stato tra i pochi storici che nel corso degli anni '50 si soffermò su termini come materialismo e darwinismo. In riferimento al primo, per esempio, vi sono numerosi riferimenti nel *Briefwechsel* riguardo agli effetti potenzialmente negativi del materialismo per gli studi storici. Cfr. M. Maclean, *History in a Two-Cultures World: The Case of the German Historians*, in «Journal of the History of Ideas», 49 (1988), p. 476 e nota 7.

42 J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., p. 138.

sua ricostruzione, quanto l'autonomia teoretica e metodologica degli studi storici. L'individuazione degli elementi di distinzione tra arte e storia portava Croce a concludere che la prima rappresenterebbe «oggetti in ogni parte compiuti, laddove il contenuto della storia è spesso frammentario, incerto, incompiuto. Ma ciò sarebbe il difetto e non la natura della storia: lo storico tende a rappresentare il suo con la stessa pienezza dell'artista; e se la cosa non gli succede sempre, ciò accade per contingenze (mancanza di documenti, oscurità, ecc.)»[43].

Si tratta di una osservazione di Croce che spinge a formulare due considerazioni: la prima è la vicinanza allo scritto di Labriola; la seconda che il filosofo napoletano, come Labriola, sottovaluterebbe l'applicazione di un approccio filologico alla storiografia. Questo perché la prima condizione stabilita per avere un'opera storica, che sia in pari tempo opera d'arte, è poter costruire una narrazione, che, tuttavia, rappresenta ogni volta un ideale difficilmente raggiungibile per lo storico. Da ultimo, in queste righe crociane non sembra esservi alcun riferimento al carattere scientifico proprio degli studi storici, culminando, questi, piuttosto, in una narrazione che coincide con una esposizione di tipo letterario.

Lo stesso Croce, nondimeno, si rende conto dei rischi insiti in un approccio del genere, proprio richiamando le riflessioni svolte da Droysen: «Alcuni storici - e sono quelli che il Droysen giustamente tratta da pseudostorici, definendo le loro opere *rethorische Kunst* - pel bisogno artistico della creazione compiuta, riempiono i vuoti, che rimangono nella conoscenza della realtà, con immaginazioni, che non sono nemmeno da dire congetture o non son date per tali. (…) La questione se la storia sia scienza o arte non ha, in questo, nessuna portata pratica; gli storici debbono compiere sempre tutti quei lavori di preparazione, che il Bernheim così minuziosamente analizza e così dottamente illustra nel suo importante trattato»[44].

---

43 B. Croce, *Primi saggi*, cit., p. 25.

44 *Ibidem*, pp. 39-40.

Pertanto, Croce sembrerebbe proporre una teoria della storia fondata sulla narrazione, senza, tuttavia, incorrere in forzature simili a quelle che, per esempio, avevano contraddistinto la *Römische Geschichte* di Niebuhr. Compito dello storico sarà quello di rappresentare i secoli passati con la stessa pienezza dell'artista, fermo restando i limiti imposti dalla presenza dei documenti e più in generale dalla possibilità di rendere testimonianza di un determinato passato. Parimenti anche in presenza di materiale scarso, al fine di ottenere una narrazione quanto più completa possibile, lo storico sarà chiamato a svolgere ogni lavoro preparatorio sul materiale in suo possesso.

Nell'edizione del *Sommario di istorica* risalente al 1867 Droysen aveva inserito un breve scritto che indagava il rapporto che sussiste tra arte e metodo storico. Nel presente contributo il professore pomerano esponeva la genesi del concetto di storia partendo dai Greci. Questi furono i primi a raccogliere e a trascegliere tra miti e leggende, dando vita alla più antica storiografia; fu grazie a loro che si ebbero i primi tentativi di una vera indagine storica. Ai Greci risale la stessa continuità delle scienze, in particolare l'ambito relativo alle scienze morali fu coltivato con notevole dedizione, e ciononostante «accanto all'Etica, alla Politica, all'Economica, non hanno un'Istorica»[45]. Dopo queste righe introduttive Droysen riporta i diversi approcci alla storia avuti nel corso dei secoli, rilevando come filologia e retorica abbiano svilito tali studi e come, al contrario, «la capacità di coordinare scientificamente le cognizioni ed esperienze acquisite» si rese possibile paradossalmente proprio nel momento in cui le scienze naturali andavano elaborando il proprio metodo.

Tuttavia, solo tramite il contributo della Scuola storica di Gottinga fu possibile strutturare gli studi storici secondo qualcosa di simile ad una sistematica, partendo dalla sicurezza dei dati messi a disposizione dalla critica. Fu in questo momento che attraverso la critica storica la nazione tedesca sembrò mettersi alla testa della storiografia europea, formulando i principi teorici della disciplina e facendoli coincidere col metodo storico. Sulla scia di simili riflessioni, anche in ambito tedesco, si pose la questione

45 J.G. Droysen, *Arte e metodo*, in *Istorica 82*, cit., p. 426.

se la storia avesse da considerarsi arte o scienza. Questione per Droysen del tutto fuorviante, perché in questo modo sembra ricadere nell'oscurità il vero aspetto decisivo rappresentato dalla questione metodologica, il lato gnoseologico della conoscenza storica. Spostando il baricentro della propria riflessione su questo aspetto, Droysen rende visibile la condizione limitata propria di chi voglia fare storia solo servendosi della critica e dell'erudizione, avendo come fine quello di scrivere questo o quel libro, nella radicata convinzione che lo studio della storia non debba servire se non «a dilettare istruendo e ad istruire dilettando (…)».

Ancora, vi è che nelle opere d'arte elemento tecnico ed elemento poetico vanno di pari passo. Proprio dell'arte è che faccia dimenticare nelle sue creazioni tutte le manchevolezze dovute ai propri mezzi e può farlo perché il prodotto finale del processo artistico costituisce «una totalità, un mondo per sé stante». Tra creazione e spettatore non si registra alcuno scarto, in quella precipua espressione ciascuno potrà cogliere e sentire pienamente ciò che l'artista ha così voluto esprimere[46]. Diversamente da quanto accade nell'arte, le scienze empiriche, qui intese da Droysen come scienze storiche, debbono individuare ogni lacuna connessa all'oggetto empirico che stanno studiando, controllare ogni possibile errore risultante dalla propria tecnica e valutare l'esatta portata dei metodi in grado di fornire risultati, nei limiti entro cui tali risultati sono conseguibili a partire da certi materiali. È in questa prospettiva che assume particolare valore quanto fatto dalla Scuola critica, la quale ha reso prevalente il punto di vista secondo il quale «il fondamento dei nostri studi sta nell'esame delle "fonti" alle quali attingiamo».

Si tratta di un punto discriminante per gli studi storici, perché in tal modo è stato possibile declinare il rapporto tra storiografia e passato nei termini di un riconoscimento per mezzo del quale il passato si presenta a noi soltanto in forma mediata, pertanto «"la Storia" non esiste esteriormente e realisticamente, ma soltanto così mediata, così indagata e conosciuta: questo, mi sembra, deve essere il punto di partenza, se vogliamo cessare di

46 *Ibidem*, pp. 428-30.

trattare la storiografia naturalisticamente»[47]. In queste parole di Droysen si sostanzia tutto il rapporto che intercorre tra principio di verità e di plausibilità, che è possibile stabilire nelle discipline storiche. Le fonti, che al presente sono disponibili all'osservazione dello storico attraverso il lavoro della critica, interpretazione ed esposizione, costituiranno l'elemento di verità proprio di un oggetto storico, segnando al tempo stesso i confini della sua interpretabilità. Queste testimonianze del passato rappresentano ogni volta un fondo di materiale con il quale lo storico si troverà a lavorare, il cui significato non è mai dato una volta per tutte, aperto come è a sempre possibili risignificazioni, soggetto soltanto al principio della 'plausibilità'. Sulla base di una conoscenza storica sviluppata attraverso una tecnica affidabile e una metodologia appropriata all'oggetto della ricerca si tratterà non già di stabilire le leggi della storia, bensì quelle relative all'indagine e al sapere storici, ciò in cui, da ultimo, Droysen rintraccia il precipuo compito dell'istorica[48].

Più perspicui riferimenti alla teoria della storia droyseniana si trovano nella quarta serie delle *Conversazioni critiche*, dove Croce, pur a grandi linee, avviava una prospettiva di ricerca che nel corso di tutto il Novecento sarà riproposta da vari studiosi dello storicismo tedesco, in particolare a Napoli alla scuola di Pietro Piovani, prima, e in seguito da Fulvio Tessitore e dai suoi allievi. Nella parte dedicata alla metodologia storica scriveva: «È da raccomandare insistentemente lo studio dei grandi storici tedeschi dell'Ottocento, rimasti quasi ignoti in Italia, dove tanta scuola fece la filologia storica tedesca, che certamente ha molta importanza ma non è la storia. Sebbene tutti essi fossero avversi alla classica filosofia idealistica germanica (e di ciò la colpa spetta alla cosiddetta "filosofia della storia", che li fece tirare indietro, spaventati), tutti essi, direttamente o indirettamente, avevano risentito l'efficacia di quella filosofia o delle sue esigenze storicistiche. Anche il Droysen era stato alla scuola di Hegel, e se, per quella tale paura a cui si è accennato, se ne discostò e si attaccò poi a Guglielmo di Humboldt,

47 *Ibidem*, p. 430.

48 *Ibid.*, pp. 434.

il "Bacone" (come lo chiamava) "della scienza storica", assai meditò sulla logica della storia, come si vede nel suo noto *Grundriss der Historik*»[49].

Alla data di questo saggio Croce sembra individuare i termini generali riguardanti la teoria della storia di Droysen, sintomaticamente sospesa, si potrebbe dire, tra Hegel, di cui lo storico di Alessandro seguì ben sei corsi all'Università di Berlino, e Humboldt, il cui saggio sulla lingua Kawi suggerì le coordinate metodologiche per lo sviluppo della sua ermeneutica storica. Fra i principali snodi per la ricezione della teoria della storia droyseniana in ambito italiano vi fu la pubblicazione nel 1938 de *La storia come pensiero e come azione*, dove il filosofo napoletano si soffermava in maniera precipua sulla *Historik*, le lezioni di enciclopedia e metodologia della storia, che, un anno prima, Hübner aveva pubblicato in Germania secondo la scansione temporale dell'ultimo corso tenuto nel semestre invernale 1882/1883, che tanto colpì il giovane Meinecke[50].

Pur rilevando anche quelli che ritiene essere i limiti di una siffatta concezione, Croce sembrava cogliere lo slittamento fondamentale che la teoria della storia di Droysen comportava ai fini del rapporto tra lo storico e l'oggetto delle proprie ricerche. Non si trattava più di inseguire un qualche modello autoptico di riproduzione del passato, ma il baricentro della riflessione era adesso spostato sulle effettive possibilità di conoscenza della storia. Perciò Croce rintracciava il punto di partenza della teoria della storia di Droysen nella *Frage*, nel porsi della domanda storiografica,

---

49 B. Croce, *Conversazioni critiche*, Laterza, Bari 1932, pp. 131-32. Per quanto concerne la relazione tra Wilhelm von Humboldt e Droysen si vedano S. Caianiello, *Scienza e tempo alle origini dello storicismo tedesco*, Napoli 2005, pp. 289-303 e S. Rebenich, *Umgang mit toten Freunden. Droysen und das Altertum*, in *Die Ideale der Alten. Antikerezeption um 1800*, V. Rosenberger (a c. di), Franz Steiner Verlag, Stuttgart, 2008, pp. 131–152. Un precipuo esempio di *vulgata* riguardo a una discendenza esclusiva di Droysen da Hegel lo si può rintracciare nella recensione alla *Historik* scritta nel 1937 da Hans Kohn. Cfr. H. Kohn, Recensione a J.G. Droysen, *Historik*, in «Annals of the American Academy of Political and Social Science», 193 (1937), pp. 190-191.

50 A distanza di un anno dal saggio di Croce sarebbe stata pubblicata la recensione di Helmut Berve alla *Historik*. Un piccolo lavoro, il quale, tuttavia, conteneva intuizioni sotto il profilo storiografico, che si riveleranno del tutto feconde per i successivi studi droyseniani. Cfr. H. Berve, Recensione a J.G. Droysen, *Historik*, in «Klio», 32 (1939), pp. 221-24.

il cui corollario era il riconoscimento del 'comprendere indagando' come metodologia di ricerca precipua degli studi storici in opposizione non solo allo 'spiegare' proprio delle scienze naturali, ma anche alla stessa filosofia della storia hegeliana e alla prevenzione storiografica rankiana di poter restituire il passato *wie es eigentlich gewesen*[51]. Riconoscendo, con Droysen, il punto di vista in virtù del quale l'*Istorica* non sarebbe un'enciclopedia delle scienze storiche, una filosofia (o teologia) della storia, una fisica del mondo storico, né una poetica per gli scrittori di storie, ma un organo del pensare e indagare storico, Croce riconosce alla metodologia storiografica del professore pomerano uno spessore filosofico, che da sempre sarebbe intrinseco ad ogni interpretazione storiografica del passato[52].

Nella lettura del filosofo napoletano Droysen rappresenta un elemento di rottura sotto il profilo della conoscenza storica, perché seppe, contrariamente a molti suoi contemporanei, declinare le questioni storiografiche secondo un indirizzo gnoseologico, che intendeva rivendicarne l'autonomia epistemologica - stando alla seconda redazione dell'*Istorica*, quella accessibile a Croce - riconoscendo il valore dell'indagine e al tempo stesso rilevandone anche le possibili carenze sotto il profilo interpretativo, perché «anche l'indagine che più va a fondo può ottenere soltanto una parvenza frammentaria del passato, e la storia e il nostro sapere di essa sono due cose *toto coelo* diverse»[53].

---

51 Questo ultimo aspetto era implicitamente richiamato da Croce allorché riconnetteva il 'comprendere indagando' «alla fallace credenza che la storiografia sia o debba essere non si quale copia o imitazione della realtà (...)». B. Croce, *La storia come pensiero e come azione*, Bibliopolis, Napoli 2007, p. 131. Riguardo al comprendere indagando rimando al mio articolo: *Alle origini del comprendere indagando (Forschend zu verstehen): il carattere empirico del materiale storico e la critica al concetto di "fatto oggettivo" nella Istorica di J.G. Droysen*, in «Scrinia», IV (2007), pp. 47-75.

52 B. Croce, *La storia come pensiero e come azione*, cit., p. 136. Altri riferimenti a Droysen, in particolare alla dimensione storico-universale del suo pensiero, si trovano alle pp. 206-07.

53 *Ibid.*, p. 265. All'interno delle *Pagine sparse*, nella sezione dedicata ai libri nuovi, in cui sono raccolte riflessioni pubblicate in precedenza su *La Critica*, Croce ritorna sul *Sommario di istorica*, definendolo «il libro più efficace che si possedesse per svegliare e avviare alla meditazione dei problemi e dei metodi della storiografia». Droysen, pensa Croce, è lo storico che, «forse più risolutamente di tutti, invocò e vagheggiò quell' "Organo degli studi storici" - lo chiamò

Si può dire che Croce colga in maniera assai profonda lo scarto stabilito da Droysen entro la sua teoria della storia tra il passato, sostanzialmente inattingibile per lo storico, e la conoscenza mediata che è possibile averne. Per quanto i dati empirici, sintomaticamente riconosciuti da Droysen come il punto di partenza della ricostruzione storiografica, possano svelarsi allo sguardo presente, tuttavia, sarà impossibile restituire il passato nella sua interezza, mostrandosi, al contrario, questo, nella sua frammentarietà, ogni volta aperto a nuove possibili interpretazioni.

Historik, – che doveva sorgere accanto all'organo creato dal Kant per le scienze: quell'organo di cui già prima aveva sentito l'esigenza Guglielmo di Humboldt e che, dopo del Droysen, fu riproposto e ricercato (senza mai venire a capo della ricerca) dal Dilthey» Id., *Pagine sparse*, vol. III, Ricciardi Editore, Napoli, 1943, pp. 341-42.

3. *Carlo Antoni*

Fondamentale, per comprendere le coordinate entro cui la storiografia di Droysen venne inizialmente ad essere ricompresa nell'ambito degli studi storici italiani, è la recensione alla *Historik* scritta da Carlo Antoni e pubblicata su *Studi Germanici* nel 1937. L'autore definiva Droysen «il maestro del più recente idealismo tedesco, perché egli, più e prima di altri ha impostato il problema d'una critica della ragione storica», precisando poco dopo che «rispetto a quanto accadrà con Dilthey, Windelband e Rickert legati ad una dimensione di antinomia tra *Geisteswissenschaften* e *Naturwissenschaften*, Droysen rispecchia ancora un impegno di fronte alla storia originato da "un'ansia religiosa", mentre egli chiedeva alla storia "anche la norma della sua azione politica"»[54].

Antoni, pur in maniera implicita, riconosceva l'ascendenza hegeliana del pensiero del professore pomerano, parimenti mostrando anche la distanza con la tradizione idealistica *tout court*, allorché ascriveva a Droysen il merito di avere impostato in maniera decisiva la questione relativa alla critica della

---

54 C. Antoni, Recensione a J.G. Droysen, *Historik. Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte*, in «Studi Germanici», II (1937), pp. 439-40.

ragione storica[55]. Ancora, Antoni contestualizzava in maniera precipua il piano religioso e politico presente nell'*Istorica*, il fermo luteranesimo droyseniano, non privo di istanze etiche elevate come di una forte impronta politica, e la convinzione variamente espressa dallo storico di Alessandro secondo la quale il politico sarebbe lo storico pratico[56]. In tal modo Antoni richiamava alla specificità propria dell'*Istorica*, irriducibile a qualsivoglia interpretazione tesa ad inserirla nel successivo scontro metodologico tra scienze dello spirito e scienze della natura, che vedrà coinvolti Dilthey, Windelband e Rickert. Fermo restando la non riducibilità di Droysen ad una prospettiva del genere, vi è comunque che questi, soprattutto con la seconda redazione delle lezioni, può a giusto titolo considerarsi parte di una disputa che con declinazioni differenti si sarebbe protratta ben oltre la sua morte.

Nella propria recensione l'allievo di Croce rintracciava anche la connessione esistente tra dimensione etica e prospettiva propria dello storico all'interno della teoria della storia di Droysen, il quale nel sistema etico di un'epoca vide sempre «il riassunto speculativo delle potenze morali vive in quell'istante, il tentativo di esprimere nella sua unità e relativa verità quanto è storicamente divenuto». Un punto di vista, che in maniera sottile legava tra loro senso storico e pensiero politico, in pari tempo con l'affermazione del principio della continuità storica risolvendo ogni possibile obiezione rispetto ad un presunto relativismo intrinseco allo storicismo del professore pomerano. Una continuità da Droysen espressa nei termini di un accrescimento della storia su se stessa, quell'idea della

---

55 Per altro verso, si veda il breve parallelo stabilito da Antoni tra l'interpretazione delle idee di Humboldt e quella di Droysen: «Con Humboldt il Droysen intende per idee le grandi potenze morali, che sollevando gli uomini al di sopra della loro esistenza effimera, li fanno partecipi del mondo storico, "li fanno cioè vivere da uomini". L'andamento delle cose è la realizzazione delle grandi idee e capirlo è capirlo in queste idee». *Ibidem*, p. 442.

56 Cfr. J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., p. 152. Su questo discorso si veda l'ottimo saggio di A. Escudier, *«Être homme d'État, c'est être historien dans l'ordre pratique». Action politique et historicité chez J.G. Droysen*, in C. Bouton et B. Bégout (a c. di), *Penser l'histoire: de Karl Marx aux siècles des catastrophes*, Editions de l'Éclat, Paris, 2011, pp. 51-69.

epídosis eis autó sempre intesa «come una continua crescita e creazione di qualcosa di nuovo e più alto»[57].

Il sentimento espresso da Droysen nei confronti della *Weltanschauung* moderna sembra essere quello di una 'perdita della storicità' e di qui il venir meno della coscienza della continuità della storia, che, nella seconda redazione della *Historik*, è *continuum* sotto la categoria del tempo. Una tale continuità rappresentava l'intimo e decisivo legame con la propria cultura, la propria nazione, il proprio Stato, ciò che, da ultimo, più dovrebbe stare a cuore a un individuo[58]. Fatta salva la distanza da Antoni riconosciuta tra l'*Istorica* e la successiva polemica tra *Geisteswissenschaften* e *Naturwissenschaften*, tuttavia, la critica svolta da Droysen alla *History of civilisation in England* di Henry Thomas Buckle stabilisce un insuperabile contrasto tra gli oggetti della natura e quelli della storia. Questo perché la natura rappresenta ogni volta ciò che permane, il costante, la legge. In altri termini, spiega Antoni parafrasando Droysen, l'individuale nel regno fisico resta per noi indifferente, perché qui conta soltanto la specie. Al contrario, la storiografia ha da fare col mutevole, l'individuale, ciò che ogni volta si presenta, perché individuale, anche nuovo e diverso[59].

Era questo un discorso, che portava dritti al nucleo gnoseologico della teoria della storia di Droysen, a quella peculiare concezione del

---

57 C. Antoni, *art. cit.*, p. 440. Cfr. S. Caianiello, *A proposito di Droysen*, in «Archivio di storia della cultura», XXV (2012), pp. 255-56.

58 Sulla continuità in Droysen si veda A. Escudier, «*Être homme d'État, c'est être historien dans l'ordre pratique*», cit., pp. 63-64.

59 C. Antoni, *art. cit.*, p. 440. Burger ritiene che il merito maggiore di Droysen sia stato quello di rifiutare il paradigma della *historia magistra vitae*, riconoscendo il ruolo essenziale svolto dagli studi storici nella formazione della personalità sviluppata in senso etico. Cfr. T. Burger, *Droysen's Defense of Historiography: A Note*, in «History and Theory», 16 (1977), p. 171. Rothacker ha riconosciuto come Droysen intendesse fondare la storiografia come scienza empirica, tuttavia, l'eredità idealistica - in particolare il fatto di avere seguito sei corsi di Hegel negli anni universitari - lo portava a interrogarsi riguardo alla mancanza di una fondazione teoretica del suo fare storia e questo lo avvertiva tanto più profondamente quanto più sentiva avanzare la pretesa delle scienze naturali di elevare la storia a scienza. Fu questa la cornice epistemologica entro cui si collocò la sua recensione alla *History* di Buckle. Cfr. E. Rothacker, Recensione a J.G. Droysen, *Historik*, in «Historische Zeitschrift», 161 (1940), p. 89.

verstehen declinata nei termini di un «atto immediato e fondato sulla nostra congenialità», cui era da contrapporre, da un lato, la conoscenza fondata sulla speculazione filosofica e dall'altro ogni analisi basata sull'osservazione dei dati della natura. Di qui Antoni, a ragione, evidenziava anche la distanza, che separava la storiografia e metodologia droyseniane dalla coeva riflessione storica rankiana, fondando la sua tesi su tre punti: affermazione della attualità della storia, critica della cosiddetta oggettività, fecondità dell'insegnamento di Hegel.

Lo storico non si rivolgerebbe al passato ma al presente, ossia, a ciò che del passato è tuttora vivo e attuale; questi «capisce indagando» attraverso ricordi, tradizioni, monumenti. Scopo del comprendere è quello di capire l'Io universale, l'Io dell'umanità. Qui gli individui scompaiono per ricomparire come rappresentanti dei grandi interessi in quanto afferrano, esprimono e realizzano le nuove idee[60]. Il riconoscimento della storia come scienza empirica, quanto nelle pagine dell'*Istorica* costituisce lo *erster großer Fundamentalsatz*, sembra spostare il baricentro della ricostruzione del passato dall'oggetto della conoscenza al soggetto che conosce, perché l'inevitabile lacunosità dei materiali presi in esame non permette una conoscenza totale del passato, bensì un inesauribile 'scambio conoscitivo' tra lo storico e il passato indagato sulla base dei materiali messi a disposizione dal lavoro della critica.

Lungi dall'essere una dichiarazione di soggettivismo storiografico, quanto Droysen esprime come verità del punto di vista dello storico, «assicuratogli dalla sua patria, dalla sua convinzione politica e religiosa e dal suo serio studio», costituisce la migliore affermazione di quello scambio conoscitivo per mezzo del quale il soggetto della conoscenza è ricondotto all'interno dello stesso oggetto indagato. Questo perché «quanto accaduto nel passato è qualcosa di diverso dal fatto storico, che è unificato come evento dalla nostra concezione. La scienza storica non ha da fare con dati di fatto oggettivi, bensì con concezioni». La soggettività dello storico è chiamata ad individuare il problema storiografico, declinato nei termini di

60 C. Antoni, *art. cit.*, p. 441.

una *Frage*, e in pari tempo qui può già rivelarsi la sua genialità. Si tratta di un atto di intelligenza e di formazione, che alle fonti e ai documenti, depurati attraverso la critica, chiede conferma. Una conferma per il cui tramite il problema inizialmente individuato si va modificando, determinando e approfondendo all'interno di un sapere storiografico che si fa processuale.

Pur richiamando l'osservazione di Meinecke secondo la quale in Droysen sarebbe presente la vecchia idea del piano cristiano di salvezza e pur mettendo la sordina alla cosiddetta *Prefazione privata* al secondo volume della *Geschichte des Hellenismus* (*Teologia della storia*), Antoni allontana lo storicismo droyseniano da ogni possibile apparentamento con una qualsiasi filosofia della storia, sottolineando come il maggiore contributo dato dall'*Istorica* agli studi storici sia consistito nell'avere svelato non le leggi della storia, bensì quelle della conoscenza storica. Una volta caduta la teologia della storia, la teoria della storia sembrava rimanere come problema intellettualistico, mero atteggiamento di difesa contro le usurpazioni del positivismo. La concezione 'epidoetica' del tempo storico stabilita da Droysen non fu mai chiarita sino in fondo dallo storico pomerano, la qual cosa gli avrebbe permesso di riconoscere che questa era in pari tempo «criterio formale del capire e la legge del divenire umano». Vale a dire che «essa rende possibile una teoria del conoscere che abbia veramente assorbito in sé la metafisica, un superamento del dualismo di forma e contenuto (…)»[61].

61 C. Antoni, *art. cit.*, p. 444.

4. *Delio Cantimori*

La recensione di Antoni segnò un momento di rinnovato interesse nei confronti della teoria della storia di Droysen, ben esemplificato dalla lettera inviata il 22 maggio 1941 da Adolfo Omodeo a Giulio Einaudi, con la quale Omodeo avanzava la proposta di tradurre la *Historik*, specificando che, trattandosi di opera metodologica, non avrebbe dato luogo ad alcuna discussione di carattere politico[62]. Tuttavia, il progetto non dovette concretizzarsi, se la prima traduzione dell'opera, secondo la scansione temporale del testo risalente al biennio 1882/1883, si avrà soltanto nel 1966 per la cura di Luigi Emery.

Al 1943 risale la fondamentale traduzione del *Sommario di istorica* svolta da Delio Cantimori sulla versione dell'ultima redazione del *Grundriss*, quella del 1882. Al suo lavoro Cantimori accludeva una nota nella quale, dopo avere richiamato gli elementi fondamentali della posizione e della vita politiche di Droysen, faceva discendere la prospettiva metodologica del professore pomerano da quella politica, richiamando, come luogo precipuo su cui

62 Lettera a Giulio Einaudi del 22 maggio 1941 in A. Omodeo, *Lettere 1910-1946*, Einaudi, Torino, 1963, p. 645.

fondare la propria lettura, il *Briefwechsel*, che nel '29 era stato pubblicato in Germania sempre da Rudolf Hübner, ponendo in secondo piano gli scritti politici dello storico di Alessandro e tacendo del tutto riguardo alle sue opere storiche, quelle sull'Ellenismo come pure i quattordici volumi della *Geschichte der preussischen Politik*. Da ultimo, Cantimori poneva in secondo piano i motivi metodologici, sostanzialmente lo scontro con il positivismo, mettendo al centro della sua breve introduzione le opzioni politiche droyseniane, legandole in maniera del tutto originale all'emergenza della questione storiografica, che, a ragione, riteneva essere strettamente connessa a tali opzioni[63].

Un altro motivo di interesse è costituito dal rilievo assegnato da Cantimori allo scritto *Teologia della storia*, che, fatto circolare in poche copie, fu pubblicato integralmente nella raccolta degli scritti di Droysen sulla storia dell'antichità nel 1894[64]. Cantimori riconnetteva questo scritto all'esigenza droyseniana di presentare ai propri studenti non solo prese di posizione politiche, ma parimenti questioni scientifiche, implicitamente riconoscendo la stretta correlazione che esisterebbe nella storiografia droyseniana tra piano scientifico e teologico. In questo scritto Droysen, partendo dalla discussione con la scuola filologica di August Böckh, che era stato suo maestro negli anni universitari, sembrerebbe giungere a fondare le proprie conclusioni «su una dottrina generale della storia che alla sua mente di solido luterano prussiano si deve presentare come "teologia della storia, una sorta di teodicea"».

Cantimori sostanziava il proprio punto di vista, riunendo i termini di storiografia e teologia e facendo coincidere la complessiva posizione di Droysen di fronte alla storia con i principi della teodicea classicamente intesi, ossia, come giustizia divina sempre operante in virtù della quale ogni momento della vita storica troverà sempre una sua giustificazione. Lo storico ravennate sembrava essere il primo che, attraverso questa breve nota, avviava una puntuale contestualizzazione del pensiero droyseniano restituendolo alla più ampia tradizione di pensiero, filosofico e storico,

63 D. Cantimori, *Nota*, cit., pp. 81-83.

64 J.G. Droysen, *Kleine Schriften zur alten Geschichte*, I, 2 voll., Teubner, Lipsia, 1894.

tedesca. In tal modo, il nome di Hegel, giustamente riconosciuto come colui mediante il quale Droysen poneva al centro della propria interpretazione del passato l'uomo come protagonista della storia, è sintomaticamente posto accanto a quello di Wilhelm von Humboldt. Di contro, Cantimori, stabiliva una decisiva cesura tra la teoria della storia di Droysen e «le tendenze della filosofia della storia di Federico Schlegel, da un lato, ma, dall'altro, anche contro "lo schematismo della filosofia della storia hegeliana"».

Pertanto, si trattava di rivitalizzare lo Hegel, che aveva posto al centro della storia l'agire dell'uomo - quanto andava riconnettendosi alla più generale concezione espressa da Droysen nei lavori sull'Ellenismo, in particolare nella prima edizione della *Geschichte Alexanders des Großen* (1833) - ciò che avrebbe riguardato soprattutto i paragrafi del *Sommario* e le parti dell'*Istorica* dedicati alle potenze etiche, mentre, per altro verso, le insufficienze ascritte alla filosofia della storia sembravano ricondurre alla «esigenza di porre le leggi della storia, e di una critica della pura ragione storica, alla Kant (...)», secondo quanto Droysen stesso constatava in *Teologia della storia*. La continuità tra questo scritto di Droysen e la sua posteriore riflessione sui fondamenti della conoscenza storica, come contenuti nel *Sommario*, costituivano la parte conclusiva della nota cantimoriana. Hegel, Federico Schlegel, cui si aggiungono la Scuola storica di Gottinga e Niebuhr, che a Droysen avrebbero fornito le coordinate concettuali del proprio metodo storico, ma soprattutto Humboldt, segnano il distacco di Droysen da qualsivoglia prospettiva di 'metafisica della storia', al fine di stabilire una 'teoria della conoscenza formale della storia'. Qui Cantimori seguiva esplicitamente l'impostazione interpretativa scelta da Antoni nella sua recensione, in parte rivedendo quanto in precedenza sostenuto riguardo al luteranesimo di Droysen.

In realtà teologia della storia e sua conoscenza formale sono ambiti che all'interno dello storicismo droyseniano sembrano coesistere entro una dinamica in virtù della quale il primo elemento, sostanzialmente inoperante, fungerebbe da garanzia per il secondo. Posto nella processualità storica, l'uomo potrà, nel migliore dei casi, scorgerne la direzione, ma non cogliere il fine ultimo che è riservato soltanto a Dio. Riconoscendo questo fine ultimo,

per quanto esso sia a totale appannaggio di Dio e precluso all'uomo, Droysen risolverebbe la questione del senso della storia e della sua comprensibilità. Pertanto, con una iperbole, si potrebbe dire che la presenza di Dio garantisce del senso della storia e di qui della sua sempre rinnovata possibilità di essere compresa dagli uomini. L'ispirazione religiosa, sottesa alla storiografia droyseniana, tornava nelle pagine della *Nota*, nella parte finale, quando, soffermandosi sulla pubblicazione dell'intera *Historik*, Cantimori rilevava come il professore pomerano avesse riconosciuto un doppio limite alla scienza della storia, da un lato l'impossibilità di attingere una oggettività da eunuchi e dall'altro il mondo della coscienza e della religione[65].

Il riferimento al Droysen teorico della storia emergeva di nuovo in un intervento dal titolo *Interpretazioni tedesche di Marx*, che in parte costituiva il contenuto di un corso sulla Filosofia della storia svolto da Cantimori nell'anno accademico 1946/1947. Qui il nome di Droysen era posto in sintomatica vicinanza con quello di Burckhardt, assai distante da Droysen, ma che dello storico pomerano era stato allievo nei suoi anni di studio a Berlino. La centralità di Droysen era fatta risalire al suo metodo storico, più ancora al suo 'comprendere indagando'. Cantimori ne coglieva gli elementi validanti per la ricostruzione del passato nel nesso che il professore pomerano sarebbe venuto a creare tra il momento interpretativo e quello precipuamente legato alla ricerca, alla «critica razionale e conseguente», che sempre sarà propedeutica ad ogni momento ermeneutico. Lungi

---

65 D. Cantimori, *Nota*, cit., pp. 85-86. Cfr. Id., *Conversando di storia*, Laterza, Bari, 1967, pp. 72-74, 88 e 96-97. Si tratta di una serie di lettere inviate da Cantimori a Francesco C. Rossi dal gennaio 1960 al luglio-settembre 1964. In queste lettere la centralità di Droysen sembrerebbe doversi rintracciare soprattutto nel suo deciso rifiuto di ogni fine pedagogico riguardo allo studio della storia, la quale, di contro, deve essere concepita come precipuo metodo di conoscenza volto alla formazione (*Bildung*) del soggetto conoscente nella sua totalità. Al termine della sua recensione alla *Historik*, Rothacker si interrogava riguardo ai confini del sapere stabiliti da Droysen attraverso la sua teoria della storia. L'autore, distinguendo gli esiti hegeliani, improntati alla filosofia della storia universale, da quelli di Droysen, in cui rintracciava una risposta ad una questione di fede, sembrava cogliere il lato teologico del pensiero del professore pomerano. Tuttavia, il successivo riconoscimento di una forte inclinazione droyseniana verso l'idea di progresso ritengo sia una lettura del tutto opinabile. Cfr. E. Rothacker, *art. cit.*, pp. 91-92 e M.A. Pranteda, *Filologia e interpretazione. Un dibattito nella Germania dell'Ottocento*, libreriauniversitaria.it edizioni, Padova, 2013, pp. 29-48.

dal rappresentare, questo momento della critica, un aspetto negativo in riferimento a valori, convinzioni e fedi che appartengono allo storico, esso rappresenta il limite di ogni ricerca storiografica, ma «un limite che costituisce la sua forza, la sua energia specifica».

I limiti ascrivibili alla metodologia di indagine droyseniana non ne inficerebbero la comprensione del passato al quale si applica, piuttosto permettendo di verificare il dato storico in questione attraverso una critica, che preparerà all'interpretazione *stricto sensu*. Cantimori la definiva una «accurata analisi e valutazione critica della qualità» dell'oggetto storico preso in esame, «della sua veridicità, della sua coerenza interna», richiamando il ruolo essenziale qui svolto dalla filologia, perché sempre «la ricerca storiografica è legata all'empiria dei fatti e dei dati accertati e soppesati».

Più complesso appare il riferimento presente qualche pagina più avanti, dove lo storico ravennate citava il punto di vista espresso da Droysen riguardo alla possibilità di andare a ritroso, a partire dall'evento indagato, per risalire ai suoi inizi al fine di rintracciarvi i primi movimenti per ciò che è accaduto in seguito. Si trattava, da ultimo, di «considerare i dati di fatto nella luce del significato che hanno raggiunto mediante le loro conseguenze». Qui Cantimori separava significativamente un'interpretazione siffatta da ogni possibile accostamento con la filosofia della storia, la quale «faceva perdere nella considerazione generica e pseudouniversale, o universalistica il senso del particolare e del concreto storico», rilevando come scopo precipuo del metodo storico fosse il «controllo filologico e critico dei rapporti fra azioni, avvenimenti, dottrine» e quanto concretamente da ciò poteva discenderne[66].

Concludendo, si può dire che la metodologia della storia, in particolare quella droyseniana, reagiva alle sintesi proposte dalla filosofia della storia attraverso una comprensione del passato il cui valore di esattezza era conferito dall'analisi critico-filologica dei materiali empiricamente disponibili allo sguardo dello storico. In tal modo, ogni testimonianza proveniente dal passato diveniva storicamente rilevante, ciò che segnò il passaggio dalla

66 D. Cantimori, *Studi di storia*, Einaudi, Torino, 1959, p. 142-44.

Wortphilologie alla *Sachphilologie*, mentre, almeno da un punto di vista metodologico, si abbandonava ogni approccio che potesse in qualche modo risultare contiguo alla filosofia della storia.

5. *Furio Diaz e Federico Chabod*

Nei due decenni successivi al secondo conflitto mondiale i riferimenti alla teoria della storia droyseniana si fecero più radi, per quanto presenti, mentre stabili rimasero i luoghi nei quali tale teoria continuò ad essere studiata: la Scuola Normale Superiore di Pisa e Napoli, prima ancora che all'Università Federico II, dove la penetrazione di Droysen coinciderà sostanzialmente con il magistero di Pietro Piovani e più ancora, dopo di lui, sotto quello di Fulvio Tessitore e dei suoi allievi, presso Palazzo Filomarino, ovvero la casa di Benedetto Croce. Qui, soprattutto in seguito alla fondazione nel 1947 dell'Istituto Italiano per gli Studi Storici, la lezione storiografica droyseniana sarà sempre tenuta in grande considerazione. Dopotutto lo stesso Carlo Antoni, pur titolare della cattedra di Filosofia della storia a Roma, non è pienamente comprensibile se non a partire dal suo legame con la Napoli di Benedetto Croce e Adolfo Omodeo.

Da Pisa proveniva Furio Diaz, il quale nel saggio del 1956 dal titolo *Storicismi e storicità* tornava a riflettere su Droysen e in generale sullo storicismo tedesco dell'Ottocento, proponendone una genealogia, che prendeva le mosse dalle analisi svolte da Friedrich Meinecke, in modo precipuo quelle dedicate a Leopold von Ranke. La tesi di Diaz, che nei

decenni successivi, particolarmente in ambito napoletano, sarà più volte ripresa, individua nell'autore de *Le origini dello storicismo* il grande interprete, sotto il profilo della teoria della storia, dei presupposti storiografici insiti nelle opere storiche di Ranke e più in generale in quella generazione di storici che va da Droysen a Sybel, da Mommsen a Treitschke. Entro questo quadro, tuttavia, Diaz isolava il caso di Droysen, perché questi non lasciò implicita nelle opere la propria istorica, bensì ne condensò gli elementi salienti in un piccolo libriccino, il *Sommario di istorica*, che distribuiva a lezione ai propri studenti, tra i quali figurava anche Meinecke.

Pertanto Diaz sembra rintracciare nel *Sommario* droyseniano gli elementi cardine della stessa storiografia meineckiana, più ancora la sua opzione principale verso l'idea secondo la quale alla base di ogni agire e di ogni movimento della storia vi sarebbe «l'intima essenza ("*Geheimnis*") della personalità», la quale si storicizzerebbe solamente nel suo porsi «al servizio delle superiori comunità morali di stato popolo religione etc.». Di qui, Meinecke avrebbe colto la particolare disposizione droyseniana tesa al superamento tanto della «pretesa "obiettività" dello storico» come pure dei rischi insiti in una storiografia di tipo soggettivistico, quanto Droysen sempre neutralizzò per mezzo della critica e del valore assegnato alla personalità individuale consapevole della «continuità universale dell'evoluzione umana e morale», come pure della «suddivisione nella quale si distingue ciascuna singolarità»[67]. Diaz sembrava leggere la teoria della storia di Droysen in maniera mediata dall'interpretazione che ne aveva dato Meinecke, stabilendo una ricomposizione tra obiettività e soggettività dell'analisi storiografica attraverso l'apporto della critica in sede di ricostruzione del passato e del riconoscimento della storia intesa come una processualità continua e un accrescimento su se stessa[68].

Tornando a Napoli, qui la prima grande riscoperta di Droysen negli anni successivi alla guerra riconduce alla figura di Federico Chabod.

---

67 F. Diaz, *Storicismi e storicità*, Morano, Napoli, 1988, pp. 94-95.

68 Per quanto concerne la teoria della storia di Droysen curvata nei termini di una logica della processualità storica si veda M. Maclean, *Johann Gustav Droysen and the Development of Historical Hermeneutics*, in «History and Theory», 21 (1982), pp. 347-65.

Questi, meglio di chiunque altro, si presta ad essere ricondotto a quella Napoli, eterodossa sotto il profilo scientifico, che gravitava attorno a Palazzo Filomarino. Croce inizialmente aveva pensato di affidare la direzione dell'Istituto Italiano per gli Studi Storici ad Adolfo Omodeo, ma la morte improvvisa dell'amico nel 1946 rese il progetto non più attuabile. Pertanto, furono contattati Carlo Antoni, Arnaldo Momigliano e Walter Maturi che per vari motivi non accettarono, e solo nel 1947 si giunse alla nomina di Chabod[69].

A un decennio dalla morte, avvenuta a Roma il 14 luglio 1960, Luigi Firpo raccolse in un volume dal titolo *Lezioni di metodo storico* alcune importanti riflessioni di Chabod. Colui che aveva svolto il proprio perfezionamento a Berlino sotto la guida di Meinecke, al quale, nel 1927 e nel 1955, dedicò due importanti studi, dal maestro non poteva non avere recepito il precipuo significato che la storiografia droyseniana ricopriva all'interno del variegato panorama storicistico tedesco della seconda metà dell'Ottocento[70]. L'importanza di questo lavoro, ai fini della ricezione italiana della teoria della storia di Droysen, può rintracciarsi nella breve premessa al testo scritta da Luigi Firpo. Questi riporta la notizia secondo la quale Chabod nell'arco di un ventennio avrebbe pubblicato non meno di otto volte, pur con vari revisioni e aggiornamenti, un *Sommario metodologico*, che, in ragione delle

---

69 G. Cantillo, *La cultura filosofica a Napoli*, in *Le città filosofiche. Per una geografia della cultura filosofica italiana del Novecento*, Il Mulino, Bologna, 2004, p. 347. Cantillo osserva anche come il periodo nel quale Chabod fu direttore «sembra costituire l'arco di tempo più felice e produttivo dell'Istituto». *Ibidem*, p. 348. Per quanto concerne la complessiva produzione di Arnaldo Momigliano sulla storia della storiografia e la storia universale, egli pure a vario titolo debitore della lezione storiografica droyseniana, si vedano i recenti fondamentali contributi di Maurizio Iacono: *Storia, verità e finzione*, Manifestolibri, Roma, 2006, in particolare i saggi inediti che compongono il presente volume (*Conoscenza storica, mutamento e autonomia*; *Storia, verità, finzione*; *Effetti della naturalizzazione*); il saggio *De l'«histoire théorétique ou conjecturelle»*, in B. Binoche, R. Bizzocchi, A. M. Iacono, Ch. Jaquet, G. Paoletti, J.-P. Schandeler, *Que faire de l'histoire? Philosophie et conscience historique au siècle des Lumières*, ETS, Pisa, 2015, pp. 63-76, infine, il recente *The History and Theory of Fetishism* (trad. di *Teorie del feticismo*), Palgrave Macmillan, New York, 2016, in particolare pp. 27 sgg.

70 *Uno storico tedesco contemporaneo*, in «Nuova rivista storica», XI (1927), pp. 592-603 e *Necrologio*, in «Rivista storica italiana», 67 (1955), pp. 272-88.

diverse circostanze di pubblicazione, prese anche il nome di *Questioni metodologiche* o *Premessa metodologica*.

A partire dal 1955, tuttavia, i riferimenti al metodo storico e alla teoria e storia della storiografia si fecero assai più radi, forse, ipotizza Firpo, a causa della pubblicazione in lingua italiana (1943) del testo di Eduardo Fueter sulla storia della storiografia moderna e per il passaggio di Chabod dapprima a Milano, dove si occupò soprattutto di storia medievale e moderna, e poi a Roma, nella cui università tenne esclusivamente corsi di storia moderna. Al biennio 1940/1942 risalgono le stesure del *Sommario metodologico*, al 1942/1943 le *Questioni metodologiche*, redatte un anno dopo, l'ultimo a Milano, di nuovo col titolo di *Sommario*, mentre dal 1947 al 1954 non vi è alcuna menzione di questo lavoro, che riappare nelle dispense, stavolta come *Premessa metodologica*, nell'anno accademico 1954/1955. A partire dall'anno accademico successivo e fino alla morte di Chabod il lavoro, ristampato ad uso degli studenti, fu pubblicato alternativamente con il titolo di *Questioni metodologiche* e *Premessa metodologica*[71].

Chabod dichiarava che, nonostante i pur fondamentali movimenti storiografici presenti nel Seicento e nel Settecento, era stato necessario attendere il secolo XIX per avere una piena affermazione della metodologia applicata alla storia. Egli individuava nell'idealismo tedesco il momento del decisivo risveglio degli studi storici, perché per il suo tramite si giunse «all'affermazione della assoluta "storicità" di tutto il pensare». Di qui si ebbe lo storicismo e lo sviluppo, che mise al centro delle proprie riflessioni la ricerca storica. Laddove il Medioevo aveva subordinato questa ricerca alle preoccupazioni di tipo morale e teologico, adesso si assisteva a un processo inverso grazie al quale si aveva «esaltazione della storia, affermazione della assoluta "storicità" dell'essere e del pensare; e, di pari passo, definitivo approfondimento del modo di studiare i fenomeni storici». Diretta

---

71 L. Firpo, *Premessa*, in F. Chabod, *Lezioni di metodo storico*, Laterza, Roma-Bari 1988, p. VI. Per quanto concerne l'origine del nome scelto da Droysen per le sue lezioni di metodologia e enciclopedia della scienza storica si veda quanto scrive Paetrow. Cfr. S. Paetrow, *Die Entstehung der Historik in Jena*, in *Facetten eines Historiker*, K. Ries (a c. di), Franz Steiner Verlag, Wiesbaden, 2010, pp. 33-34.

conseguenza di un tale approccio era la scoperta di tutte quelle tecniche di indagine del passato, che ne permetterebbero una verificabilità fino ad allora impensabile; pertanto, «Droysen, con la sua opera sul metodo, è il parallelo - in minore s'intende - anzi, la conseguenza di Hegel».

Chabod riconosceva a Droysen l'indubbio merito di avere proposto, per primo, un vero e proprio trattato sul metodo storico, una teorizzazione sullo studio della storia, che, riallacciandosi alla scuola critico-filologica tedesca avviata dagli studi di Niebuhr su Roma antica, riusciva a tenere insieme il piano tecnico riguardante la ricostruzione del passato con quello precipuamente filosofico, illustrato da Droysen nella parte dedicata alla *Sistematica,* nella quale lo storico di Alessandro poneva al centro della sua trattazione le proprie idee sulla storia, «il suo modo di considerare le forze creatrici del tessuto storico ecc.»[72].

A distanza di qualche pagina tornava il riferimento a Droysen, stavolta spostato sul lato, per così dire, tecnico della sua teoria e metodologia storiche, ossia, sulla questione relativa alla critica delle fonti. Non si trattava di un aspetto trascurabile, valendo, piuttosto, come testimonianza della comprensione del professore pomerano da parte di Chabod anche sotto il profilo squisitamente filologico; lui che pure era stato allievo di Meinecke, attento uditore, questi, dell'ultimo corso tenuto da Droysen a Berlino nel semestre invernale 1882/1883, ma che, tuttavia, non aveva mai prestato particolare attenzione agli aspetti filologici, privilegiando, piuttosto, quelli storiografici delle lezioni sulla *Historik*.

Probabilmente la ricerca sulla storia medievale, più ancora che quella sulla storia moderna, avevano fatto saltare all'occhio vigile di Chabod lo spessore, come anche i limiti, che le riflessioni filologiche di Droysen potevano avere in sede di metodologia storica. Lo storico aostano, riconosciuto il valore pratico e di comodità di studio della ripartizione droyseniana in avanzi (*Überreste*), fonti (*Überlieferung*) e monumenti (*Denkmäler*), ne criticava l'assenza di precisione, in particolare laddove si vorrebbe distinguere tra monumenti e tradizione, e la notevole oscillazione

72 F. Chabod, *op. cit.,* pp. 51-52.

di criteri. A partire dalla dubbia, perché arbitraria, ripartizione tra avanzi e monumenti, Chabod ne individuava il limite maggiore nella convinzione droyseniana secondo cui, da ultimo, i documenti riguarderebbero soltanto quelli riferibili a «trattati fra Stati, a grazie sovrane, concessioni di nobiltà e simili questioni»[73].

73 *Ibidem*, pp. 55-57.

6. *Pietro Piovani*

La riflessione italiana sulla teoria della storia di Droysen e più in generale sullo storicismo tedesco nel suo insieme ebbe un cospicuo affinamento e ampliamento attraverso le opere di Pietro Piovani, una delle figure filosoficamente più originali dell'intero panorama accademico italiano del Novecento. Sotto il profilo ermeneutico a lui si deve il riconoscimento del nesso tra conoscenza storica e etica in riferimento alla storia dello storicismo, da lui declinata nei termini di una contrapposizione fondamentale tra storicismo critico e storicismo assoluto. Il primo metteva al centro delle proprie analisi sul passato la ricerca storica e annoverava tra i suoi rappresentanti storici quali Wilhelm Dilthey e Ernst Troeltsch, mentre lo storicismo assoluto, in una linea che andava da Hegel a Croce, era rivolto «a restaurare nella Storia teologizzata una filosofia assoluta e universalistica»[74].

Nel saggio del 1959, apparso nel fascicolo III del *Giornale critico della filosofia italiana* col titolo *Un esame di coscienza storiografica*, Pietro Piovani, anticipando, almeno nella delineazione del tema preso in esame,

---

74 G. Cantillo, *La cultura filosofica a Napoli*, cit., pp. 369-70.

un successivo intervento di Fulvio Tessitore, inseriva il nome di Droysen all'interno di un più ampio discorso riguardante la conoscenza storica come conoscenza individuale: «(…) In Droysen che sta, con pensosa autonomia, a suo modo, fra Humboldt e Hegel, la coscienza è "santuario inviolabile", ma difenderla è compito delle "forze etiche", cioè delle forze in cui l'*ethos* si istituzionalizza; l'opera dell'uomo, non istituzionalizzata in questa moralità sociale, sarebbe infeconda "come sabbia delle dune" rimosse perpetuamente dal giuoco dei venti: perciò fuori di queste comunitarie forze etiche, culminanti nella eticità dello Stato, non può esserci storia»[75].

Sulla scia di Croce, della recensione di Antoni e della *Nota* cantimoriana, Piovani collocava l'*Istorica* di Droysen tra Humboldt e Hegel, riconoscendone in pari tempo l'irriducibile originalità ben esemplificata dal richiamo alla «pensosa autonomia» con cui si riferiva all'opera del professore pomerano. Al netto dei successivi approfondimenti di altri commentatori, altrettanto decisivi per l'interpretazione della teoria della storia di Droysen, come pure degli slittamenti, che inclineranno talvolta più in direzione di Humboldt, talaltra più verso Hegel, rimane assodato l'indubbio valore dell'analisi svolta da Piovani, che, per primo, sembra concentrarsi in maniera precipua sulla peculiare collocazione dello storico di Alessandro tra l'autore del saggio sulla lingua Kawi e il filosofo di Stoccarda.

Ancora, Piovani riconosceva lo stretto nesso che nella riflessione storiografica di Droysen unirebbe piano generale e particolare per mezzo

---

75 P. Piovani, *Conoscenza storica e coscienza morale*, Morano, Napoli, 1966, pp. 25-26. A distanza di poche pagine, Piovani definisce il «comprendere indagando», felice traduzione cantimoriana di «*forschend zu verstehen*» mai più abbandonata dai commentatori di Droysen, «il programma specifico della scienza storica, programma che la cultura italiana post-idealistica sente valido e degno di essere seguito». *Ibidem*, p. 32. Ai fini della comprensione della relazione tra umana storicità e mondo etico si vedano le considerazioni svolte da Jaeger. Questi ricorda, inoltre, che la produzione storiografica droyseniana si colloca in un periodo in cui la relazione tra il pensiero e un agire orientato secondo le acquisizioni di questo pensiero era ancora riconosciuta come valida. Entro questo quadro il *Logos* rappresentava il concetto di fine del mondo umano, ossia, etico e storico. Tuttavia, questa unità di teoria e prassi venne meno quando la *Kulturkritik* borghese e il positivismo, orientato al modello nomologico delle scienze della natura, ruppero l'unità della ragione nel dualismo di *Rationalität* e *Leben*. F. Jaeger, *op. cit.*, p. 43.

della relazione stabilita tra coscienza morale e opera svolta dalle forze etiche. L'*ethos* si istituzionalizza nelle forze etiche, ossia, nelle comunità etiche presentate nell'*Istorica*, come, per altro verso, l'opera dell'uomo può trovare un senso soltanto perché inscrivibile all'interno di queste comunità che culminano nell'eticità dello Stato. Al di fuori delle comunità etiche non può esservi storia in quanto l'opera dell'uomo, separata dalla più generale moralità sociale, «sarebbe infeconda "come sabbia delle dune"»[76]. Piovani sembrava individuare il punto archimedeo della teoria della storia di Droysen nell'espressa consapevolezza riguardo al valore dell'individualità dei soggetti storici e degli eventi, entrambi riconosciuti come punti fermi per ogni altro tipo di analisi storiografica. Una consapevolezza che può essere considerata in sé anti-idealistica e realistica, inteso con ciò che anche la storia più idealistica non potrà non «oggettivarsi nella realtà di un fatto particolare diverso dal fare universale», oggettivazione, che, dunque, si mostrava necessaria ai fini della conoscenza.

Partendo da una citazione di Ugo Spirito, dove il filosofo aretino riconosceva come lo stesso divenire fosse in ultima istanza «un immutabile e fatale fatto», Piovani affermava che la conoscenza storica, attraverso «l'invincibile necessità del fatto, contribuisce più e meglio di ogni altra critica a mettere in crisi la purezza dell'Atto come assoluto agire». Da questa constatazione consegue che, pur essendo ammesso parlare delle difficoltà della conoscenza storica, occorrerà riconoscere come, in virtù di quanto rilevato poco prima, tali difficoltà non costituiranno l'orizzonte problematico solamente dello storico, piuttosto caratterizzandosi come obiezioni volte a negare ogni valore allo stesso conoscere. Questo perché l'empiria della scienza storica coincide con «l'empirismo prammatico di ogni conoscenza», pertanto, ogni negazione che la riguarda starà ad essa come la parte al tutto, ogni discorso sulla conoscenza storica rinvierà «al discorso sulla realtà del conoscere e sul conoscere la realtà».

In quanto finora sostenuto, Piovani faceva consistere la posizione espressa dall'attualista autocritico, capace di riconoscere «la pressione

---

76 P. Piovani, *Conoscenza storica e coscienza morale*, cit., p. 26.

esercitata dalla realtà del fatto storicizzabile e storicizzando (quando storia e storiografia non vogliano negarsi) anche, perfino, nei confronti della forma più perfetta di idealismo». Lo studioso napoletano rintracciava in questa storicizzazione di fatto, anche, eventualmente, della forma più perfetta di idealismo, l'indiretta conferma della forza del droyseniano 'comprendere indagando', innalzandolo a programma specifico della scienza storica[77].

La mediazione di Humboldt nelle pagine dell'*Istorica* droyseniana riceveva una più ampia trattazione in *Filosofia e storia delle idee*, risalente al 1965. Piovani prendeva le mosse dal riconoscimento di come ormai il termine scienza fosse riferibile non più solo a quella fisico-matematica, riconoscendo, parimenti, come la scientificità delle scienze dello spirito avesse aperto le porte al definitivo superamento del monismo in ambito scientifico. Il superamento del monismo ha significato l'affermazione in ambito scientifico del 'pluralismo metodologico', la qual cosa avrebbe avuto come corollario il venire meno di ogni possibilità di assegnare un qualsiasi primato gnoseologico a una scienza piuttosto che a un'altra. Sotto questo profilo la sola concessione fatta da Piovani riguardava «la scienza fisica, ultra-matematizzata», la quale ancora «può aspirare ad avere particolare rilievo fra le scienze della natura, quale *prima inter pares*».

Di qui il discorso, per affinità, poteva riconnettersi alla stessa scienza della storia, essendo, questa, nell'ambito delle scienze dello spirito quella più lontana dall'adottare modelli epistemologici avvicinabili a quelli delle scienze naturali. Pur non essendo un'antifisica, tuttavia, non si può fare a meno di riconoscere l'assoluta irriducibilità dei suoi metodi e obiettivi di ricerca rispetto a quanto succede nelle cosiddette scienze dure[78]. Piovani, pur implicitamente, riconosceva il valore delle riflessioni del Droysen della seconda redazione dell'*Istorica*, nella quale l'oggetto della storia riceveva una caratterizzazione più marcata in senso 'ontologico', passando, lo storico pomerano, da una riflessione 'trascendentale' (i differenti metodi di indagine riferibili alla scienza storica e alla scienza fisico-matematica) a una fondata

77 *Ibidem*, pp. 31-32.

78 Id., *Filosofia e storia delle idee*, Laterza, Bari, 1965, p. 47.

sulla netta distinzione tra eventi segnati dal carattere dell'individualità, comprensibili entro una dimensione temporale (i fatti storici) e quelli della natura, spazializzati, privi di individualità e segnati, al contrario, dalla ripetizione del carattere di specie[79].

Pertanto, nella famosa frase di Droysen, che individuava in Humboldt il Bacone delle scienze dello spirito, non si dovrà leggere un tentativo di rendere Humboldt una sorta di anti-Bacone, quanto, piuttosto, la volontà di stabilire una continuità tra Humboldt e Bacone, riconoscendo nel primo «colui che, procedendo in una strada non ignota a F. Bacone, ne ha ampliato le prospettive fino a scoprire orizzonti di autonomia al di là delle possibilità di conoscenza dell'autore dell'*Instauratio magna scientiarum*, fondatore delle moderne scienze della natura». Parimenti, il maggiore apporto di Humboldt alla causa dell'autonomia degli studi storici rispetto alle scienze della natura sarebbe da rintracciare nel suo stile di ricerca, avverso alla «classificazione, alla schematizzazione, alla generalizzazione, che è caratteristica essenziale del conoscere non-fisico e non-matematico perché si rivolge alla conoscenza di rapporti differenti da quelli studiati dalle scienze della natura»[80].

La centralità di Humboldt può essere fatta consistere nel rimando che, dopo di lui, si venne a creare all'interno della ricerca storica tra fatti e idee, «a vedere cooperanti fatti e idee» al fine di mostrare «le idee alla prova dei fatti». Fu questa la posizione che Droysen intese esprimere nella sua teoria della storia, osservando come dai singoli stati di fatto si svolgesse la loro antitesi ideale, ossia, di come questi dovrebbero essere e di come, a partire da questo riconoscimento, si dessero gli elementi necessari a svolgere quel movimento in grado di ristabilire una condizione di equilibrio tra idee e stati di fatto. Sullo sfondo di questa posizione droyseniana si trovava l'affermazione del carattere empirico della scienza storica, apertamente riconosciuto come suo *erster großer Fundamentalsatz*, ciò che sembrava smussare talune asprezze hegeliane presenti nel suo pensiero, «mitigando nei

---

79 Sia qui permesso rinviare al mio saggio *Droysen tra trascendentalismo e ontologia*, in «Archivio di Storia della Cultura», XX (2007), pp. 341-71.

80 P. Piovani, *Filosofia e storia delle idee*, Laterza, Bari, 1965, p. 48. Riguardo alla centralità della biografia di Haym su Humboldt in chiave antipositivistica si veda S. Caianiello, *Verso una storia dell'Istorica di J.G. Droysen*, cit., pp. 310-11 e nota 32.

risultati di un'esperienza che riflette su se medesima e sugli insegnamenti di Humboldt, maestro riconosciuto, il rigore di formulazioni deliberatamente apodittiche (…)».

Da ultimo, lo storicismo di Humboldt e Droysen aveva obiettivato nella realtà dei fatti l'idealismo assoluto trasformandolo in idealismo della libertà. L'obiettivazione della vita, in tal modo, diveniva obiettivazione delle individualità nella storia all'interno di un movimento, che ne riconosceva l'assoluta centralità e irriducibilità, accrescendole e perfezionandole, senza, tuttavia, annullarle «in un superamento che le sacrifichi a uno Spirito idoleggiato»[81]. In tal modo, Piovani, faceva risaltare uno degli approdi più alti della teoria della storia di Droysen, il quale molto si interrogò e sempre riconobbe il valore infinito di cui è portatrice in ogni momento la singola personalità storica, la piccola *x* per il tramite della quale la storia può essere conosciuta[82].

81 *Ibidem*, pp. 154-55.

82 Cfr. J.G. Droysen, *Natura e storia*, in *Istorica 82*, cit., p. 406 e A. Escudier, *«Être homme d'État, c'est être historien dans l'ordre pratique»*, cit., pp. 67-68.

7. *La Rivista di studi crociani*

La pubblicazione della traduzione dell'*Istorica* e di altri saggi, secondo l'ultimo ciclo di lezioni svolto da Droysen a Berlino, apparve, come ricordato, ad opera di Luigi Emery nel 1966 e segnò un momento di aumentato interesse verso gli studi droyseniani in Italia. Una perspicua testimonianza a tale riguardo la si può rintracciare nell'attenzione rivolta allo storico pomerano da parte della *Rivista di Studi Crociani*, la quale, tra il 1967, anno nel quale apparve la recensione di Raffaello Franchini all'*Istorica*, e il 1975, data di pubblicazione del saggio di Giuseppe Gembillo sulla presenza di Droysen nella filosofia crociana, senza dimenticare l'intervento di Ferruccio Focher su Droysen e il problema del metodo storico, apparso solo un anno prima del lavoro di Gembillo, molto si concentrò sulla teoria della storia droyseniana[83].

---

83 Nippel ha osservato che la fama di Droysen come grande *Geschichtstheoretiker* è cresciuta a partire dagli anni '60, quando venne di nuovo alla luce una sorta di bisogno teoretico di storiografia in concorrenza, da un lato, con le scienze sociali empiriche e dall'altro col marxismo accademico. W. Nippel, *Das forschende Verstehen, die Objektivität des Historikers und die Funktion der Archive. Zum Kontext von Droysens Geschichtstheorie*, in *Johann Gustav Droysen. Philosophie und Politik - Historie und Philologie*, S. Rebenich, H.-U. Wiemer (a c. di), Campus,

La recensione di Franchini poneva fin dall'inizio in evidenza la connessione, che legherebbe il nome di Croce a quello di Droysen. Luigi Emery avrebbe raccolto una ripetuta sollecitazione di Croce, il quale più volte sottolineò la necessità di tradurre l'*Istorica* di Droysen. Una sollecitazione che si era accompagnata alla stesura di brevi recensioni, le quali, tuttavia, rappresentarono un momento di significativa riflessione sull'opera dello storico pomerano. L'importanza di questa breve nota di Franchini può cogliersi nell'accento da lui posto sulla scuola filologica di Böckh, da un lato, mentre, dall'altro, sulla persistente influenza assegnata a Hegel. Circostanza, questa, che sembra ricondurre al pionieristico lavoro di Astholz del '33, nel quale era riportato come Droysen a Berlino avesse seguito sei corsi di Böckh, col quale in seguito si sarebbe laureato, e sei corsi di Hegel[84].

Richiamando le analisi di Fueter, da questi presentate nella sua *Storia della storiografia moderna*, Franchini stabiliva una distinzione all'interno della stessa riflessione storiografica droyseniana - aspetto, questo, pur con altra declinazione, già sollevato da Meinecke nel suo saggio del '30[85] - tra il Droysen storico politico, il riferimento era soprattutto alla *Geschichte der preußische Politik*, e il vecchio professore di Meinecke, che rifletteva sulle possibilità di conoscenza della storia, sulla sua metodologia, nel tentativo di dotarla di quella autonomia necessaria a sottrarla, una volte per tutte, dapprima al cono d'ombra della filosofia hegeliana e in seguito a quello,

---

Frankfurt am Main, 2012. Di Nippel si veda anche la discussa, spesso discutibile, parimenti articolata e complessa biografia su Droysen. Cfr. Id., *Johann Gustav Droysen. Ein Leben zwischen Wissenschaft und Politik*, C.H. Beck, München, 2008. Riguardo a questo lavoro rimando in particolare alle acute analisi svolte da T. Welskopp, *Der "echte Historiker" als "richtiger Kerl". Neue Veröffentlichungen (nicht nur) zum 200. Geburtstag von Johann Gustav Droysen*, in «Historische Zeitschrift», 288 (2009), pp. 385-407. Da ultimo, per una ragguardevole ricognizione bibliografica sui materiali editi e inediti di Droysen, si veda H.W. Blanke, *Die Historik im Kontext der Lehr- und Publikationstätigkeit Droysens*, in *Johann Gustav Droysen. Philosophie und Politik - Historie und Philologie*, cit., pp. 393-423. In particolare l'ultimo paragrafo, pp. 418-21.

84 Cfr. H. Astholz, *Das Problem "Geschichte" untersucht bei Johann Gustav Droysen*, Verlag Dr. Emil Ebering, Berlin, 1933, pp. 16-17.

85 F. Meinecke, *op. cit.*, pp. 283-84.

assai più insidioso, del positivismo, soprattutto dopo la pubblicazione della *History of civilisation in England* di Henry Thomas Buckle[86].

Franchini rintracciava la migliore eredità della storiografia di Droysen non tanto nella sua generale teoria della storia, quanto nella metodologia, in quella applicazione «dei procedimenti metodologici alla storiografia (…), quanto di meglio il pensiero europeo abbia elaborato nel secolo scorso (…)». La riflessione del filosofo napoletano partiva dalla traduzione del *Sommario di istorica* svolta da Cantimori nel 1943, di qui soffermandosi sui decisivi corsi tenuti nel dopoguerra da Chabod, «che era stato per qualche tempo discepolo del Meinecke», ricordandone l'enorme interesse che suscitarono tra gli studenti e il profondo influsso che questi corsi esercitarono su quei giovani allievi, divenuti in seguito a loro volta maestri e autori di opere di storia[87].

La teoria della storia di Droysen sarebbe la migliore continuazione della filosofia classica tedesca, ciononostante il professore pomerano abbandonò l'astratto deduttivismo sistematico per porre le proprie ricerche su di un piano precipuamente empirico. Parimenti l'empiria droyseniana si poneva in netta antitesi rispetto alle coeve interpretazioni storiografiche di matrice positivista, che trovarono la loro consacrazione nell'opera di Buckle. Di contro a ciò, l'operazione di Droysen apparve del tutto originale. Questi prese le mosse da una considerazione che intendeva superare ogni presupposto-logico-metafisico riguardo al problema della comprensione del passato e attraverso «un'analisi dei procedimenti propri delle altre discipline» scopriva «la peculiarità insieme individualizzante e universalizzante del metodo storico», confinando «nell'ambito della pur utile precettistica le

---

86 Cfr. A.A. Assis, *What Is History For? Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography*, New York 2014, pp. 129-31. Sia qui permesso rinviare alla mia recensione a questo saggio: Recensione a A.A. Assis, *What Is History For? Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography*, in «H-Soz-Kult», 28.05.2015, http://www.hsozkult.de/publicationreview/id/rezbuecher-22322 e al mio recente intervento dal titolo *Johann Gustav Droysen e le funzioni della storiografia. Una nota su "What is history for?" di Arthur Alfaix Assis*, in «Archivio di Storia della Cultura», XXIX (2016), pp. 239-248.

87 R. Franchini, Recensione a J.G. Droysen, *Istorica. Lezioni sulla Enciclopedia e Metodologia della Storia*, in «Rivista di studi crociani», IV (1967), p. 104.

regole e le suddivisioni didascaliche circa gli avanzi, i monumenti, le fonti, i tipi di esposizione, i fini e i mezzi della storia».

Franchini ne concludeva che, in tal modo, la metodologia storica diveniva nella prospettiva droyseniana un «potente abbozzo di filosofia dello spirito» in cui arte, filosofia, economia e etica, lungi dall'essere sistematizzate secondo un indirizzo filosofico, assurgevano al ruolo di «protagoniste della realtà, perché tutte si assommano nell'uomo come personalità morale (…) ossia come protagonista della storia»[88]. L'idea che la teoria della storia droyseniana fosse declinabile nei termini di un abbozzo di filosofia dello spirito, se non errata, tuttavia, sembrava risentire del *milieu* crociano entro il quale la recensione di Franchini si collocava, con ciò assolutizzando un aspetto dell'*Istorica*, che, pur presente, sarebbe stato più corretto porre accanto ad altri altrettanto decisivi. Occorre sempre tenere a mente che la *Historik*, come opera in sé, non fu mai scritta da Droysen e che quanto costituisce il contenuto di questa opera sono le lezioni che il professore pomerano tenne, da Jena a Berlino, tra il 1857 e il semestre invernale 1882/83.

Circostanza, questa, che ha come prima conseguenza il fatto che al testo manca quella sistematicità che è propria di un lavoro scritto rispetto a un corso di lezioni, per quanto ripetute ben diciotto volte nell'arco di venticinque anni. A ciò credo possa farsi risalire anche l'impressione che l'*Istorica* talvolta lascia al lettore, di essere un'opera stratificata, di fatto irriducibile a qualsivoglia definizione. Questa rappresenta, da ultimo, la proposta droyseniana di assegnare agli studi storici un precipuo oggetto di indagine e una propria metodologia di ricerca, avvalendosi della lezione della *Sachphilologie* di August Böckh e dei suoi allievi, dei raffinati strumenti della ricerca storica messi a disposizione dalla Scuola storica di Gottinga, della lunga tradizione ermeneutica di matrice luterana, che in Schleiermacher trovò il suo momento più alto, ancora, della lezione hegeliana riguardo al ruolo della personalità nella storia e di quella, altrettanto fondamentale per

88 *Ibidem*, p. 105. Per le considerazioni svolte da Franchini sulla *epídosis eis autó* si veda p. 106.

l'elaborazione del metodo storico, dello Humboldt del saggio sulla lingua Kawi, prima ancora di quello che si interrogava sulla *Aufgabe* dello storico[89].

La ricezione di Droysen all'interno della *Rivista di studi crociani* si fece più sostanziosa con la pubblicazione nel 1974 del saggio di Ferruccio Focher, *Droysen e il problema del metodo storico*. La lettura di Focher si concentrava, da subito, sul rapporto, da Droysen istituito nelle sue lezioni sull'*Istorica*, tra la ricerca di un metodo specifico proprio della scienza storica contrapposto a quello delle scienze della natura. Per quanto anche prima di Droysen vi fossero state interpretazioni volte «a difendere le ragioni del sapere storico-umanistico di contro all'invadenza di quello scientifico (si pensi a Vico, a Shaftesbury e alle difese del senso comune)», ciononostante il professore pomerano intendeva proporre una teoria della storia, che rendesse gli studi storici del tutto autonomi dal riferimento a quelli fisico-matematici, in tal modo, superando ogni posizione subalterna rispetto ai successi registrati da questo secondo metodo.

L'aspetto di assoluta novità rintracciato da Focher riguardo alla teoria della storia droyseniana consisteva nella riconosciuta impossibilità di ridurre la complessità propria dell'oggetto della storia, la sua individualità, irregolarità e irripetibilità, cui va aggiunto «lo sforzo assiologico dell'uomo

---

89 In maniera del tutto condivisibile Escudier osserva che la filiazione etica e politica schleiermacheriana è stata sistematicamente misconosciuta, con la sola eccezione del saggio di Troeltsch sullo storicismo e i suoi problemi (cfr. E. Troeltsch, *Der Historismus und seine Probleme*, Mohr, Tübingen, 1922, p. 306, nota 149), negli studi su Droysen, i quali, per «comodità filologica», si sono concentrati sulla filiazione ermeneutica dall'*Enciclopedia* di Böckh, di cui Droysen fu allievo a Berlino. Lo studioso francese ritiene che si tratti di una falsa pista interpretativa, rintracciandone l'esempio ultimo nel lavoro di C. Hackel, *Die Bedeutung August Boeckhs für den Geschichtstheoretiker Johann Gustav Droysen: die Enzyklopädie-Vorlesungen im Vergleich*, Königshausen & Neumann, Würzburg, 2006. Cfr. A. Escudier, *«Être homme d'État, c'est être historien dans l'ordre pratique»*, cit., p. 61. Per quanto riguarda Droysen e Schleiermacher si veda Id., *Schleiermacher et l'amitié romantique: de la théorie de la sociabilité à l'Éthique*, in Atti del convegno *L'amitié et les sciences: de Descartes à Lévi-Strauss* (16-17 gennaio 2009), F. Waquet et J.C. Darmon (a c. di), Éditions Hermann, Paris, 2010, pp. 73-90. Su tutto questo discorso cfr. S. Caianiello, *A proposito di Droysen*, cit., p. 256, mentre sul rapporto che lega Droysen alla filologia di scuola böckhiana si veda Id., *Scienza e tempo alle origini dello storicismo tedesco*, cit., pp. 269-81 e G. Cantillo, *La logica del comprendere. Filologia e storia nella Istorica di Droysen*, in «Bollettino Filosofico», 27 (2011-2012), pp. 43-59. Infine, su Droysen e Schleiermacher cfr. F. Tessitore, *op. cit.*, p. 67 e nota 139.

di conservare e incrementare il proprio patrimonio etico (...)», a quanto costituisce il precipuo oggetto di indagine nell'ambito delle scienze naturali. Qui, tuttavia, emergerebbe, secondo Focher, un primo aspetto problematico riassumibile nella corrispondenza di piani semantici che nell'*Istorica* può registrarsi tra i diversi metodi di indagine scientifica[90]. Questo perché, Droysen, accanto al riconoscimento dell'irriducibile diversità metodologica, evidenziava anche momenti di similarità tra scienze storiche e fisico-naturali.

Come queste ultime anche il sapere storico, attraverso l'induzione del singolo che si offre all'osservazione, può riassumere un universale, sebbene questo universale non potrà mai avere un rilievo nomologico. Ugualmente la ricerca, volta a svelare l'essenza dei singoli fenomeni presi in esame, non permetterà di comprendere questa essenza nei termini di un «sostrato materiale con attributi immutabili»[91]. Ciononostante, nella teoria della storia droyseniana sembra mantenersi sempre una 'corrispondenza dialettica' tra i principali concetti della scienza storica e quelli delle scienze fisico-matematiche, comprensione-spiegazione, da un lato, e indagine-esperimento, dall'altro.

Si può dire che Droysen ricerchi la via dell'autonomia epistemologica per la storia, mantenendosi sul terreno scelto dalle scienze della natura, in tal modo, stabilendo una problematica specularità tra i due metodi, il cui carattere aporetico emergerà in tutta la sua nettezza nei successivi sviluppi della lunga discussione tra *Geistwissenschaften* e *Naturwissenschaften*. Sono aspetti ai quali sembrava fare riferimento Focher, quando faceva consistere l'aspetto drammatico della riflessione di Droysen nelle suggestioni che «inconsapevolmente subisce dalla scienza naturale, in primo luogo dalla nozione di metodo, insuperabilmente compromessa nel proprio originario generico significato dalla centralità del suo impiego nella cultura e nel sapere scientifico».

Focher ne concludeva che la «forza suggestiva» della scienza fisico-matematica e la metodologia di ricerca che da questa discendeva si sarebbero

---

90 F. Focher, *Droysen e il problema del metodo storico*, in «Rivista di studi crociani» XI (1974), pp. 413-15.

91 J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., p. 101.

già mostrate nella stessa collocazione scelta per il loro sorgere - il riferimento è alle opere baconiane e galileiane e al mancato riconoscimento della preminenza del *Methodus* di Bodin su queste - quanto, da ultimo, sembra prospettare la droyseniana metodologia di ricerca applicata alla storia come un «prodotto di tardata consapevolezza, di subìta iniziativa». La principale critica che è possibile rivolgere alla teoria della storia di Droysen riguarderebbe in maniera precipua il suo lato metodologico, perché è qui che lo storico di Alessandro mostrava, da un lato, la sua ferma volontà di autonomizzare gli studi storici rispetto a quelli scientifico-naturali, ma, parimenti, sembrava restare «soggiogato dalle nozioni, dalle forme, dal tipo e dal valore degli obiettivi della scienza naturale». Sulla base di questa singolare contiguità metodologica l'autore muoveva una critica anche alle nozioni di oggettività e verificabilità presentate da Droysen nelle sue *Vorlesungen*, sostenendo che il professore pomerano dichiarò l'inapplicabilità del concetto di soggettività al campo della storia, mentre, per altro verso, questa asserita impossibilità sarebbe stata da lui riconosciuta come un limite della disciplina storica.

Per altro verso, difficilmente comprensibile appare la critica mossa in questo saggio all'idea droyseniana di verità intesa nei termini di un surrogato. «Lo storico non coglie dunque la realtà vera delle cose, ma una immagine che ad essa solo approssimativamente corrisponde; un surrogato. Sarebbe allora negato allo storico di pervenire alla verità? E che altro è ciò a cui può pervenire, da Droysen abbassato al rango di surrogato?»[92]. La questione appare cospicua, perché il surrogato di cui parla Droysen, lungi dall'essere una 'verità dimidiata', rappresenta, concretamente, l'unica verità accessibile allo storico, una volta riconosciuti i due presupposti fondanti la sua scienza: la 'presenza empirica dei materiali del passato' e il 'comprendere indagando'. Nel quadro della critica di Focher, più ancora che il *forschend zu verstehen*, appare centrale il riconoscimento della insuperabile empiria dei materiali storici, la qual cosa ne prevede anche l'incompletezza, motivo per cui lo storico è "condannato" a 'comprendere indagando'.

92 F. Focher, *art. cit.*, p. 417.

A partire dai resti del passato lo storico sarà chiamato a compiere un lavoro di ricostruzione, fondato sulla comprensione, all'interno di un circolo ermeneutico al quale la *Forschung*, vero motore della teoria della storia droyseniana, permette un'apertura, che si configurerà ogni volta come una nuova comprensione di un determinato passato, la cui validità sarà strettamente connessa al presente in cui lo storico opera. Droysen scrive che, pur muovendoci in circolo, si tratta di un movimento circolare che porta oltre se stesso, proprio perché la *Forschung* permette lo 'scambio conoscitivo' tra passato e presente, fermo restando i confini di carattere filologico, che sempre delimiteranno ogni nuova interpretazione[93].

Dopo una lunga e tortuosa gestazione le analisi di Focher sull'*Istorica* convergevano su una proposta interpretativa, di segno filosofico, volta a ritenere che una riflessione sul metodo storico condurrebbe fatalmente «sul terreno della tradizione umanistica e quindi su esperienze di verità di carattere extrametodico»[94]. Alla base di una simile lettura vi era l'impianto filosofico crociano, che lo stesso Focher poneva alla base delle sue analisi. Pertanto, di metodo storico sarebbe possibile parlare a patto di declinare questa espressione in un senso metaforico, ossia, riportandone contenuto e significato filosofico «crocianamente, alla sfera pseudoconcettuale delle astrazioni (…)». In tal modo, l'autore relativizzava il significato del metodo storico, non più inteso come essenza della storiografia, perché questa, diversamente, trova il proprio fondamento nel giudizio individuale, nella filosofia, la sola che può ricomprendere i fatti «nella loro logica concretezza»[95].

---

93 Per i rilievi mossi al metodo storico droyseniano si veda *Ibidem*, pp. 419-20. Contrariamente a quanto scrive Focher, secondo il quale «nella storia il valore di verità raggiunto non deriva dall'incremento delle informazioni, cioè dalla messa in luce di nuovi documenti», lo specifico significato della *Forschung* è proprio quello di incrementare la conoscenza sull'oggetto della storia. Cfr. *Ibid.*, p. 421. Sul valore epistemologico della *Forschung* droyseniana si veda O.G. Oexle, *Die Geschichtswissenschaft im Zeichen des Historismus. Bemerkungen zum Standort der Geschichtsforschung*, in «Historische Zeitschrift», 238 (1984), p. 20 e nota 10.

94 F. Focher, *art. cit.*, p. 422.

95 *Ibid.*

Un anno dopo la pubblicazione di questo saggio, Giuseppe Gembillo, sempre sulla *Rivista di studi crociani*, pubblicava un articolo dal titolo *La presenza di Droysen nella filosofia crociana*[96]. Sin dal titolo può cogliersi la volontà di portare a chiarezza un tema spesso lambito, talvolta affrontato in maniera problematica, come nel precedente lavoro di Focher, tuttavia, mai affrontato in maniera rigorosa. Gembillo molto opportunamente rilevava come la presenza di Droysen nelle pagine di Croce fosse del tutto peculiare, non punteggiando, lo storico pomerano, l'opera del filosofo quanto, piuttosto, venendo citato in luoghi cruciali dello «svolgimento teoretico della filosofia crociana». Croce si soffermerebbe su Droysen in tutti quei luoghi in cui la logica si specifica in maniera ulteriore come metodologia della storia. La prospettiva storiografica di Droysen rappresentava, in tal senso, un'originale terza via nella prospettiva di un duplice superamento, metodologico e ontologico «dell'hegelismo deteriore e dello scientificismo positivista», in vista dell'affermazione dell'autonomia gnoseologica della scienza storica.

Parimenti, l'autore osservava anche come Croce avesse ben chiara l'ambiguità sottesa alla posizione espressa da Droysen, rintracciabile nella sua proposta di un pluralismo gnoseologico, che rappresenterebbe «l'antecedente immediato del relativismo e dello scetticismo assoluto, a livello logico; e sfocia inevitabilmente in una metodologia empiristica, a livello di ricostruzione storiografica»[97]. La metodologia empiristica, come è emerso in altri luoghi del presente lavoro, costituisce uno dei due capisaldi, essendo l'altro il 'comprendere indagando', della teoria della storia di Droysen. Attraverso il lavoro della critica e avvalendosi della filologia come scienza ausiliaria, il professore pomerano dichiarava essere il primo principio fondamentale della scienza storica che questa fosse una scienza empirica. Lungi dal voler fondare un sapere universale, nelle due diverse

---

96 G. Gembillo, *La presenza di Droysen nella filosofia crociana*, in «Rivista di studi crociani», XII (1975), pp. 146-165.

97 *Ibidem*, pp. 146-47. Sulla questione del pluralismo epistemologico nella teoria della storia di Droysen, erroneamente interpretato come relativismo, si vedano le ottime osservazioni svolte da Jaeger. Cfr. F. Jaeger, *op. cit.*, pp. 60-61.

redazioni della *Historik* in alcun modo è presentata una teoria della storia che possa essere compresa come «antecedente immediato del relativismo e dello scetticismo assoluto».

La proposta di pluralismo metodologico di Droysen, che, giova ricordarlo, tra il primo corso di lezioni tenuto a Jena nel '57 e l'ultimo, svolto a Berlino, risalente al semestre invernale '82/83, subisce un mutamento sostanziale, rappresenta l'esatto contrario di una posizione volta a sostenere una prospettiva di tipo relativistico o scettico. Mentre queste sostengono il valore relativo o l'assenza di valore di ogni contenuto gnoseologico, il pluralismo metodologico droyseniano riconosce egual valore tanto al metodo filosofico quanto a quello scientifico naturale, criticando l'applicazione di questi due metodi al campo della storiografia, la quale, per essere compresa, necessiterà di un suo precipuo metodo di indagine e comprensione dei fatti presi in esame.

Quanto tra il 1857 e il 1882 viene a mutare è la prospettiva assunta da Droysen in riferimento all'oggetto della storia. Questo nel periodo jenese era riconosciuto come trascendentale, fondandosi la sua specificità su una distinzione di carattere esclusivamente metodologico, probabilmente anche perché, in tal modo, Droysen poteva differenziarlo tanto dal metodo filosofico di marca hegeliana quanto dal metodo usato nelle scienze fisico-matematiche. Diversamente, nel 1882, gli interlocutori sono del tutto cambiati e l'unica vera minaccia per gli studi storici è costituita dal positivismo scientifico, che, in particolare attraverso l'opera di Buckle, sembrava volere estendere la propria metodologia di ricerca anche all'ambito degli studi storici[98]. Entro questa prospettiva Droysen venne mutando la sua originaria posizione in riferimento all'oggetto della storia, comprendendolo in termini ontologici, ossia, dalla parte del tempo. In tal modo, sotto la pressante minaccia di una applicazione del positivismo alla scienza storica, scelse di irrigidire i termini della questione, assegnando agli studi fisico-

98 Gembillo riconosceva a Droysen «l'indiscutibile merito di porre in luce, isolandolo, il problema della logica storiografica, la cui rivendicazione di autonomia diventava legittima, se contrapposta al tentativo di estrinseca prevaricazione di stampo intellettualistico e positivistico». G. Gembillo, *art. cit.*, pp. 149-50.

matematici l'analisi dei fenomeni dal lato dello spazio; realtà spazializzata a cui si contrapponeva la ricerca storica, che era chiamata a comprendere gli eventi dal lato del tempo[99].

Da ultimo, si può dire che, stando alla scansione temporale della seconda redazione della *Historik*, nel semestre invernale 1882/1883, ancora meno di quanto avvenisse nel 1857, la teoria della storia di Droysen in alcun modo può essere considerata contigua a qualsivoglia posizione relativistica o scettica in ambito storiografico. Perspicue riflessioni sono svolte da Gembillo in riferimento al rapporto, dall'autore, a ragione, definito «un dialogo assai spregiudicato ma altrettanto equo», tra Croce e Droysen per quanto concerne la relazione tra arte e storiografia. Questa si trova spesso declinata nei termini di una riduzione della seconda alla prima, considerata, di fatto, alla stregua di un particolare modo di espressione artistica. Sotto il profilo formale può considerarsi un'osservazione valida, tuttavia, «l'assimilazione (…) va inquadrata essenzialmente sotto il rispetto teoretico (…)». Vale a dire che ricerca storiografica e produzione artistica vanno ricomprese nell'ottica crociana all'interno di un medesimo concetto generale entro il quale «entrambe concorrono alla conoscenza dell'individuale, e tendono così al medesimo fine, in alternativa gnoseologica alla conoscenza concettuale». Gembillo parla di «una paritetica condizione gnoseologica» in virtù della quale si può riconoscere che all'arte compete la rappresentazione del possibile, mentre alla storiografia quella del reale[100].

Croce riprese il dialogo con Droysen nel suo lavoro *Sguardi storici della Logica*, dove, nel capitolo dedicato alla teoria del giudizio individuale, lo storico pomerano era menzionato tra coloro che in epoca moderna avevano continuato il lavoro dei trattatisti dell'*Ars historica* del periodo rinascimentale, trasformando «l'empirismo di questi ultimi da retorico-letterario in metodologico». Le critiche a Droysen divenivano qui più nette, essendo pervenuto, Croce, «alla chiara coscienza della differenza

---

99 Cfr. S. Caianiello, *Il fattore del tempo nella spiegazione storica tra storiografia e scienze naturali*, in «Archivio di storia della cultura», XV (2002), p. 241. Su questo discorso si veda il seguente saggio dello scrivente: *Droysen tra trascendentalismo e ontologia*, cit.

100 G. Gembillo, *art. cit.*, pp. 152-53.

tra scienze e filosofia» e convincendosi, sulla scorta delle precedenti esperienze vichiana e hegeliana, «della identità metodologica di filosofia e storiografia». Sul riconoscimento di questa identità metodologica sembra consumarsi lo strappo decisivo tra filosofia crociana e teoria della storia droyseniana. Alla base di questo riconoscimento, tuttavia, ve ne era un altro, altrettanto decisivo per Croce, quello concernente «l'identità logica tra giudizi definitorii (*vérités des raison*) e giudizi individuali (*vérités des faits*)»; ciò che, da un lato, lo porta a stabilire una differente metodologia per la ricerca storiografica, e dall'altro a respingere ogni possibile residuo empirico delle metodologie storiografiche, in particolare di quella di Droysen.

Il punto di vista qui espresso costituirà una acquisizione definitiva per il filosofo napoletano e definitiva sarà anche la sua ferma critica alla metodologia storica del professore pomerano, soprattutto perché «quanto più serrato e rigoroso si fa il discorso logico, tanto più evidente risulta il contrasto tra teoreticità logico-metodologica e teoria empirica, che muove dall'osservazione particolare (...)». In tal modo, la logica storiografica crociana rompeva con la teoria della storia di Droysen, fermo restando la distinzione, pure cospicua, da Croce sempre affermata, tra l'empirismo storiografico in genere e quello droyseniano, attribuendo a quest'ultimo uno specifico peso dialettico[101].

Si può osservare che il riconoscimento dell'identità metodologica di filosofia e storiografia rappresentava una sorta di passaggio obbligato per Croce, nel momento in cui intendeva conservare alla filosofia un ruolo di preminenza nei confronti di ogni possibile metodologia della storia. Il venire meno della relazione tra filosofia e storiografia avrebbe avuto come corollario lo scioglimento della stessa filosofia all'interno di varie forme di sapere, quanto in definitiva la stessa *Istorica* droyseniana lasciava ben più che affiorare attraverso il suo costante riferimento, ai fini della conoscenza storica, alle cosiddette scienze ausiliarie, prima fra tutte la filologia.

Il fuoco della questione storiografica non sarebbe consistito più nel sapere filosofico, ma si sarebbe articolato in varie discipline aventi di mira

101 *Ibidem*, pp. 154-55.

la creazione di uno spazio di 'autonomia gnoseologica' per gli studi storici entro il quale la filosofia avrebbe visto riconosciuto il proprio precipuo ruolo, ma senza più alcuna preminenza rispetto ad altre forme di sapere. Pertanto, la storia - sarà così anche per Droysen, sebbene forte resterà in lui, da un lato, la lezione hegeliana e dall'altro la presenza della religione luterana unita al cristianesimo etico di Niemeyer - veniva ad essere il grande contenitore all'interno del quale le altre scienze avrebbero sì trovato posto, ma sempre come scienze ausiliarie, anche la filosofia. Parimenti, un simile *modus operandi* non poteva in alcun modo essere accettato da Croce.

Il rapporto tra Croce e Droysen si arricchiva di un nuovo capitolo con la recensione al testo di Pflaum pubblicata da Croce nel 1908 e apparsa sulle pagine de *La Critica*[102]. L'elemento di novità era costituito da un certo riavvicinamento alle tesi di Droysen provocato dalla pubblicazione della *Historik*, quanto sembrava ridimensionare «il Droysen "storico empirico", quale poteva in qualche modo apparire nel *Grundriss*», mettendone in luce l'irriducibile spessore filosofico. L'ampia trattazione della scienza storica fatta da Droysen nelle sue lezioni lasciava emergere la sua eterodossa filiazione da Hegel, da un lato, mentre dall'altro appariva cospicua l'influenza di Kant, elementi che permisero a Croce di vedere nel professore pomerano uno spirito a lui filosoficamente affine.

La pubblicazione dell'*Istorica* coincise con un decisivo cambiamento di prospettiva da parte di Croce riguardo a Droysen, il quale, smessi i panni dello storico empirista, gli apparve nella sua complessità di storico a cavallo tra varie e differenti visioni storiche e filosofiche. In lui Croce scorgeva adesso «l'avversario della filosofia della storia il quale, senza rendersene conto, abbozza una riflessione filosofica sulla storiografia, non priva di geniali intuizioni, fornendo, così, un contributo altamente significativo allo sviluppo teoretico dello storicismo». In altri termini, la pubblicazione della *Historik* rivelava a Croce il lato precipuamente filosofico del pensiero droyseniano fino ad allora, nelle pagine del piccolo *Sommario*, posto in continuità con una proposta di metodologia della storia, la quale, nel suo

---

102 B. Croce, Recensione a C.D. Pflaum, *G.G. Droysens Historik in ihrer Bedeutung für die moderne Geschichtswissenschaft*, in «La Critica», 6 (1908), pp. 381-83.

costante riferirsi all'empiria, sembrava recidere alla base ogni possibile apporto che poteva provenire dalla filosofia[103].

Il lavoro di Gembillo permetteva di comprendere quale fosse l'elemento di differenza irriducibile tra la posizione espressa da Droysen e quella crociana. Il filosofo napoletano rivalutava Droysen a seguito della pubblicazione delle lezioni sulla istorica, che gli rivelarono in tutta la sua ampiezza lo spessore filosofico dello storico di Alessandro. Testimonianza precipua di un tale cambiamento di prospettiva si ha anche ne *La storia come pensiero e come azione*, dove Droysen «compare non più ad esemplificare una teoria storiografica da superare e inverare, ma come attivo interlocutore, le cui enunciazioni teoriche (...) rappresentano, dialetticamente, un punto di partenza per ulteriori meditazioni». Tuttavia, fermo restando i rinnovati apprezzamenti, Croce tornava sulla distinzione tra filologia e storia, ribadendo «che la storia vera e propria nasce esclusivamente dal bisogno di risolvere un determinato problema che ci travaglia in un preciso momento». Si collocava qui 'la questione della *Frage*', punto archimedeo di ogni conoscenza storiografica, che in maniera risoluta fu posta proprio da Droysen nel momento in cui dichiarò essere il 'comprendere indagando' il fine della storiografia, «ma al quale tuttavia sono mancati il rilievo, l'approfondimento e l'adoperamento che erano necessari»[104].

L'analisi di Croce svolta da Gembillo permette di chiarire gli elementi che separano il filosofo napoletano dalla storiografia di Droysen. Croce si rendeva ben conto che nell'*Istorica* il momento filologico costituirebbe la chiave di volta della teoria della storia, perché attraverso di esso si prepara concretamente il terreno al *verstehen*, il quale, a sua volta, costituirà la fase preparatoria per il momento dell'esposizione storiografica. Ciononostante, egli non può assecondare questa posizione, sia per le inevitabili ricadute che essa avrebbe da un punto di vista filosofico, sia per il fatale riconoscimento della scienza della storia come scienza empirica che a ciò sarebbe connesso. D'altronde, non appare casuale la precisazione di Croce, secondo cui il fine

103 G. Gembillo, *art. cit.*, pp. 159-60.

104 *Ibidem*, p. 160.

della storiografia per Droysen sarebbe stato il 'comprendere indagando', la qual cosa però è vera solo in parte, avendo Droysen riconosciuto nell'*Istorica* il 'comprendere indagando' come il secondo principio fondamentale, essendo il primo, non a caso, il riconoscimento della scienza storica come scienza empirica.

Con Croce, Gembillo sottolineava come la profonda incomprensione filosofica di Droysen e la conseguente identificazione della filosofia tutta con la filosofia della storia avessero condotto il professore pomerano a sostenere spesso punti di vista empirici privi di base logica. Di qui si sarebbe originata la sua posizione tesa a riconoscere «una pretesa "esteriorità" gnoseologica della storiografia, conducendolo su posizioni difficilmente sostenibili» esemplificate da Croce quando, citando dalla *Historik*, stigmatizzava il dualismo, che sussisterebbe nella teoria della storia droyseniana, tra la conoscenza storiografica e quella strettamente riguardante la coscienza. Croce ne concludeva che, in tal modo, Droysen avrebbe affermato l'incapacità della storiografia da un punto di vista gnoseologico.

Tuttavia, la biografia di un individuo, come atto conoscitivo, «si risolve tutta in istoria, non avendo l'individuo realtà fuori dell'universale che in lui si attua e che egli attua». Di qui, conclude Gembillo citando il proposito droyseniano secondo il quale allo storico spetterebbe di indagare non l'individuo in sé, bensì la sua posizione storica, «si deve convenire che quel conoscere dell'intimo, quel conoscere riservato alla coscienza, e in cui solo l'occhio di Dio penetrerebbe, o in certi singolari momenti quello dell'amore e dell'amicizia, non solo non è un conoscere storico, ma non è conoscere di nessuna sorta»[105]. Sebbene tali rilievi non siano peregrini, tuttavia, ritengo che una più circostanziata critica della teoria e metodologia della storia di Droysen non possa prescindere dal riconoscimento del lato teologico del suo pensiero. Semplificando, si potrebbero individuare nell'*Istorica* almeno tre ambiti fondamentali: lo storico, il filosofico e il teologico. Riguardo a quest'ultimo, Droysen, allorché si riferiva al sapere sviluppabile intorno ad un dato personaggio storico, riconosceva che, nonostante ogni sforzo

105 *Ibid.*, pp. 163-64.

volto a comprendere un tale personaggio, questi, nella sua intimità, rimarrà sempre precluso allo sguardo dello storico, perché questa sarebbe riservata soltanto allo sguardo di Dio.

Pertanto, la questione sembra essere qui di natura teologica, ciò che, se, da un lato, potrebbe essere letto nei termini di un 'deficit filosofico', fermo restando che Droysen in alcun momento si propose l'obiettivo di fornire una fondazione filosofica della propria teoria della storia, per altro verso, può essere interpretato come un travisamento della più ampia prospettiva storico-religiosa del professore pomerano, il cui fervore luterano mai venne meno, tanto nella sua teoria della storia come pure nelle opere più peculiarmente politiche.

La scienza storica droyseniana sembra dunque risolversi in una teologia della storia, dove, sebbene Dio resti sostanzialmente inoperante, parimenti, gli eventi storici seguiranno un percorso, non discernibile dalla conoscenza umana, che sarà quello segnato dalla volontà divina. Dati questi presupposti, la conoscenza della storia non sarà risolvibile entro l'ambito della storiografia, non solo perché al presente si presenterà un passato poroso e mai completo, ma anche perché, da un punto di vista teologico, la parte più profonda di essa potrà essere attinta soltanto da Dio. Da ultimo, credo che in ciò sia possibile rintracciare l'irriducibile fondamento teologico, di matrice luterana, del pensiero storico di Droysen[106].

106 A questo riguardo non si può non rinviare al classico lavoro di Schulz sull'influsso del luteranesimo nella storiografia di Ranke e Droysen. Cfr. W. Schulz, *Der Einfluß luterischen Geistes auf Rankes und Droysens Deutung der Geschichte*, in «Archiv für Reformationsgeschichte», 39 (1942), pp. 108-42.

8. *Fulvio Tessitore e Pietro Rossi*

Allievo diretto di Pietro Piovani, Fulvio Tessitore rappresenta nel panorama degli studi storici italiani degli ultimi decenni l'interprete più profondo e originale dello storicismo tedesco. I suoi studi spaziano da Wilhelm von Humboldt a Leopold von Ranke, da Droysen a Friedrich Meinecke, solo per citare alcuni tra i principali autori da lui indagati. Un merito, questo, cui va aggiunto quello di avere riunito attorno a sé una scuola di valenti interpreti; si pensi, per esempio, al Centro di Studi Vichiani, che, creato da Piovani, si è affermato nel corso degli anni come uno dei centri di ricerca più importanti sotto il profilo internazionale per quanto concerne lo studio della filosofia di Giovambattista Vico e più in generale dello storicismo[107].

---

107 È qui interessante leggere quanto scritto nel 2007 da Giuseppe Cacciatore e Antonello Giugliano nella prefazione, dal titolo *Storicismo in nuove dimensioni*, al volume *Storicismo e storicismi*: «(…) Nel bene e nel male, e sia pur spesso nascosta tra le frettolose e spesso sbagliate citazioni a margine dei paragrafi secondari delle tante sintesi sulla storia del pensiero filosofico contemporaneo italiano, si è ormai consolidata l'immagine di una scuola napoletana dello storicismo "critico-problematico"». *Storicismo e storicismi*, G. Cacciatore e A. Giugliano (a c. di), Bruno Mondadori, Milano, 2007, p. VII.

All'interno della sterminata produzione di Tessitore sullo storicismo tedesco, con precipuo riferimento alla teoria della storia droyseniana, mi preme sottolineare il suo rivoluzionario lavoro *L'"Istorica" di Droysen tra Humboldt e Hegel*, apparso nel 1971, nel volume XXII (fascicolo 3) della rivista *Filosofia* e ripubblicato nel 1995 nel secondo volume dei *Contributi alla storia e alla teoria dello storicismo*[108]. Riflessione, questa, non priva di suggestioni provenienti da Piovani, cui sono seguiti i contributi forniti, in particolare, da Giuseppe Cantillo, Giuseppe Cacciatore e ultimi in ordine di tempo i preziosi studi a Droysen dedicati da Silvia Caianiello, tra cui la traduzione nel 1994 del primo corso di lezioni sulla *Historik* (1857). In questa sede, purtroppo, non sarà possibile soffermarsi sui singoli contributi offerti dai tre studiosi, perciò si è preferito concentrarsi sul pionieristico lavoro di Tessitore, pur citando i decisivi studi di Cantillo, Cacciatore e Caianiello sulla metodologia storica droyseniana[109].

All'interno del suo lavoro Tessitore riconnetteva l'*Istorica* a quello storicismo tedesco contemporaneo, il quale, in polemica con la declinazione in termini filosofici della storia, che era stata fatta da Hegel, aveva seguito col

---

108 F. Tessitore, *L'"Istorica" di Droysen tra Humboldt e Hegel*, in «Filosofia», XXII (1971), pp. 311-50 (ora in *Contributi alla storia e alla teoria dello storicismo*, Roma 1995, pp. 811-62).

109 Sull'argomento si veda: G. Cacciatore, *Il concetto di Empiria tra Droysen e Dilthey*, in «Atti della Accademia Pontaniana», XL (1991), pp. 55-73 (ora in *Storicismo problematico e metodo critico*, Napoli 1993); G. Cantillo, *J.G. Droysen: storia universale e Kulturgeschichte*, in «Archivio di storia della cultura», I (1988), pp. 81-136; Id., *Tempo storico e teoria della storia: J.G. Droysen e la tradizione del Historismus*, in «Discorsi», VI (1986), pp. 213-26; Id., *Conoscenza storica e teoria della storia: Dilthey e Droysen*, in AA. VV., *Critica della metafisica e ragione storica*, G. Cacciatore e G. Cantillo (a c. di), Il Mulino, Bologna 1985, pp. 245-88. Tutti questi saggi sono stati raccolti in *L'eccedenza del passato. Per uno storicismo esistenziale*, Morano, Napoli, 1993, pp. 57-218. Al saggio *J.G. Droysen: storia universale e Kulturgeschichte* è stata aggiunta la traduzione del testo di Droysen dal titolo *L'uomo e l'umanità*. Ancora, è doveroso richiamare gli ottimi lavori di Silvia Caianiello: *Finitezza ed eticità nel pensiero storico di J.G. Droysen*, in «Archivio di storia della cultura», II (1989), pp. 305-23; *Introduzione*, in J.G. Droysen, *Istorica 57*, cit., pp. 9-68; *Droysen e l'idea storicista del tempo cumulativo*, in «Archivio di storia della cultura», XIII (2000), pp. 75-92; *La duplice natura dell'uomo. La polarità come matrice del mondo storico in Humboldt e Droysen*, Rubbettino, Soveria Mannelli 2001; *Le forme e la storia: suggestioni aristoteliche in Droysen*, in «Archivio di storia della cultura», XVII (2004), pp. 161-84; *Scienza e tempo alle origini dello storicismo tedesco*, cit.; *Verso una storia dell'Istorica di J.G. Droysen*, cit., infine, *A proposito di Droysen*, cit.

kantismo eterodosso di Friedrich Schiller e Wilhelm von Humboldt e con le opere storiche di Leopold von Ranke la via di una teoria della storia nella quale al venire meno delle istanze filosofiche sarebbe corrisposta un'opzione storiografica di segno antimonistico e antitotalistico, antiontologico e antimetafisico[110]. Il filosofo napoletano non si limitava a riconoscere l'importanza della riflessione teorica sulla storia svolta da Droysen all'interno della storiografia tedesca dell'Ottocento, bensì declinava la questione nei termini di una *Rezeptionsgeschichte*, individuando in Humboldt e Hegel, «ideale e invocato il primo all'inizio del *Grundriss*; effettivamente ascoltato e seguito il secondo, ai piedi della prestigiosa cattedra berlinese, per ben sei volte tra il semestre estivo del 1827 e il semestre invernale del 1828-29», le due vie d'accesso privilegiate alla comprensione della metodologia storica del professore pomerano[111].

Tessitore interpretava la teoria della storia di Droysen a partire dalla lettura che altri interpreti, su tutti Croce e Meinecke, ne avevano dato, in pari tempo ponendola sintomaticamente in sospeso tra Humboldt e Hegel. Un'operazione, questa, che aveva come obiettivo quello di riconoscere una più decisa valenza all'influsso di Humboldt, frenando gli eccessi sul piano interpretativo riguardo alla diretta discendenza accademica di Droysen da Hegel attraverso il riconoscimento del ruolo svolto da August Böckh e dalla sua scuola come, indirettamente, da Barthold Georg Niebuhr nella formazione dello storico di Alessandro. Nel panorama degli studi storici italiani una simile lettura risultava essere controcorrente, perché fino allora Droysen era stato ricondotto con maggiore insistenza nell'alveo dello hegelismo, pur se in una posizione eterodossa[112]. Sebbene Tessitore non negasse le reminiscenze hegeliane presenti nel pensiero droyseniano,

---

110 Per quanto concerne l'immissione dello Schiller della *Antrittsvorlesung* sulla *Universalgeschichte (Wozu und zu welchem Ende studiert man Universalgeschichte?)* nella irrequieta corrente dello storicismo tedesco si vedano le pregevoli analisi svolte da K. Ries, *Johann Gustav Droysens Historik und die Tradition der Aufklärungshistorie*, in *Facetten eines Historiker*, cit., pp. 72-76.

111 F. Tessitore, *art. cit.*, p. 811.

112 Diversa era la situazione in ambito tedesco, dove il legame tra Wilhelm von Humboldt, soprattutto lo Humboldt del saggio sulla lingua Kawi, e Droysen era stato già da tempo riconosciuto. Cfr. H. Astholz, *op. cit.*, pp. 17-21.

ciononostante tale mediazione non sembrava equiparabile all'influenza esercitata da Wilhelm von Humboldt, apertamente riconosciuta dallo stesso Droysen nelle sue lezioni come in talune lettere conservate nel *Briefwechsel*.

Ancora, Tessitore individuava in Croce e Meinecke coloro che avevano posto l'interpretazione dell'*Istorica* su un sentiero non più abbandonato. La centralità di proporre una storia della ricezione della teoria della storia di Droysen nasceva sul terreno delle differenti letture proposte da Croce e da Meinecke. Queste non differiscono per ciò che concerne i problemi sollevati da Droysen, quanto per la differente prospettiva a partire dalla quale tali problemi sono esaminati. Non si tratta, pertanto, di riconoscere o meno il valore della riflessione dello storico di Alessandro all'interno della storia dello storicismo, quanto, piuttosto, di «stabilire di quale storicismo si tratta: lo storicismo come "principio di scienza" (come principio logico) o come "principio di vita", lo storicismo assoluto o lo storicismo problematico?».

Ai nomi di Hegel e Humboldt sembrava riferirsi anche il successivo interrogativo concernente la visione di Droysen come «risultato necessario e coerente dell'idealismo assoluto» o come rappresentante di quello storicismo, che, pur accogliendo importanti apporti dall'idealismo, da ultimo se ne differenziava; in altri termini, «Droysen è un momento dello storicismo che si ispira alla storia degli storici o alla storia filosofica?»[113]. Una questione per rispondere alla quale occorre chiarire la presenza di Hegel all'interno della teoria della storia droyseniana. Si tratta di una tematica assai complessa, perché lo storico pomerano «non nega che la filosofia hegeliana rappresenti l'espressione dei tempi ancora scossi dal grande fatto della Rivoluzione francese, manifestazione della moderna *Aufklärung*, rinnovante i temi e i problemi dell'età moderna del mondo antico», tuttavia, si mostra assai perplesso rispetto al primato assegnato alla speculazione rispetto alla conoscenza empirica[114].

---

113 F. Tessitore, *art. cit.*, p. 817.

114 *Ibidem*, p. 839. Questa tesi di Tessitore deve porsi in continuità con le ricerche svolte su Droysen come storico dell'antichità da Benedetto Bravo. Questi, un allievo di Momigliano che in seguito andrà ad insegnare in Polonia, nel 1968 aveva pubblicato un fondamentale saggio dal titolo *Philologie, histoire, philosophie de l'histoire. Etude sur J.G. Droysen historien de l'antiquitè*,

Avvalendosi delle molte testimonianze contenute nello sterminato *Briefwechsel*, Tessitore osserva, a ragione, che lo Hegel di Droysen è il «più grande esponente della nuova speculazione», ciò che, parimenti, rende il suo sistema unilaterale, risolvendo il mondo empirico, dunque il mondo storico, «indagandone il perché, nella logica delle categorie dello spirito, il "santo spirito della filosofia"»[115]. La radicale interpretazione della processualità storica operata da Hegel, quanto potrebbe definirsi una vera 'logicizzazione della storia', rappresenta il momento entro il quale si consuma la definitiva separazione, nell'ambito della teoria della storia, tra l'allievo e il maestro, mentre, sotto altra prospettiva, può essere qui rintracciato «l'atto di nascita dell'interesse droyseniano per il problema della conoscenza storica».

I nomi di Niebuhr e Hegel rinvierebbero alla più ampia e mai sopita questione del rapporto sussistente tra storia e filosofia, ciò che il professore pomerano definiva con il termine empiria, ossia, «senso del positivo e del concreto (le "*reellen Wissenschaften*" del '29) e conoscenza speculativa, aprioristica». Un contrasto, che, anche a causa della scomparsa dei suoi due esponenti, non solo non può essere tollerato oltre, ma deve essere composto. Quanto Droysen avrebbe cercato di fare, riconoscendo una specifica metodologia di indagine per la scienza storica, da una parte, e per gli altri ambiti scientifici, dall'altra, al fine di stabilire «non già le leggi della storia, bensì quelle del conoscere e del sapere storico»[116].

Entro questa prospettiva, né Hegel, né Niebuhr, sarebbero decisivi ai fini della droyseniana teoria della storia, ma nuovo demiurgo sarebbe Wilhelm von Humboldt, il «Bacone delle scienze dello spirito". Tenendo la lezione humboldtiana come stella polare, Droysen viene a riconoscere già nel '31, la necessità «di vivere, pensare, sperare, disperare più empiricamente».

Polskiej Akademii Nauk, Wrocklaw-Varsovie-Cracovie, 1968. In questo lavoro la prospettiva suggerita era quella di una sostanziale vicinanza tra le tesi espresse da Hegel, in particolare in sede di storia universale, e i lavori di Droysen su Alessandro il Grande e l'Ellenismo, soprattutto la prima edizione di queste opere, quando più vivo in Droysen poteva essere il ricordo delle lezioni del filosofo di Stoccarda.

115 F. Tessitore, *art. cit.*, p. 840.

116 *Ibidem*, p. 841. Cfr. J.G. Droysen, *Discorso di recezione all'Accademia delle Scienze di Berlino* (1867), in *Istorica 82*, cit., p. 438.

Tessitore, riconoscendo nell'empiria dei materiali storici il punto archimedeo tanto per quel che concerne l'*Istorica* come per il *Sommario*, spostava il fuoco dell'analisi sul significato che questo termine dovrebbe avere.

L'empiria storica non sarebbe una "cosalizzazione", né tantomeno una interpretazione materialistica dei fatti storici. Diversamente, questa avrebbe rifiutato la deduzione dei fatti per via speculativa, secondo quanto era accettato dalla storia filosofica e dalla filosofia della storia, come pure la loro spiegazione «con matematica necessità da un'ininterrotta catena di cause ed effetti, secondo il modello delle scienze naturali». In tal modo, Droysen riuniva sotto lo stesso segno hegelismo e positivismo, i quali, pur diversi, sembravano mantenere sensibili punti di contatto nel loro riferirsi alla storia. Storia, il cui metodo «consiste nel "comprendere indagando" avverte il *Grundriss*, indicando nel *verstehen* il nucleo del lavoro epistemologico e storico di Droysen, ormai influenzato sensibilmente (…) da Schleiermacher e da Humboldt»[117]. La teoria della storia droyseniana sembrava, pertanto, rigettare un tipo di approccio fondantesi su una ricerca volta a scoprire presunte leggi della storia, ciò che ne avrebbe rivelato l'irriducibile impianto metafisico, optando per un modello fondato sul 'carattere empirico dei materiali storici' e sul 'comprendere indagando' - piegando il *continuum* storico in senso gnoseologico, dando "nomi al tempo che scorre"[118] - parimenti senza mai perdere di vista il fatto che, proprio perché la storia è scienza del presente, il passato e la nostra conoscenza di esso mai potranno coincidere.

Più di recente, infine, Fulvio Tessitore è tornato ad occuparsi di Droysen in un saggio dal titolo *Croce e Droysen. Annotazioni*, nel quale

---

117 F. Tessitore, *L'"Istorica" di Droysen…* , cit., p. 843. Acute osservazioni sono svolte da Tessitore in riferimento alla critica droyseniana dell'oggettività rankiana per cui si vedano le pp. 851-62. La complessità del tema non ne permette una estesa discussione in queste pagine, tuttavia, si conviene con Tessitore quando scrive: «La teoria del comprendere, incentrata sull'energia volitiva quale principio del mondo etico, ha anche un altro bersaglio polemico, oltre a quello della filosofia della storia hegeliana e della negazione positivistica della libertà del volere in conseguenza della riduzione della storia a scienza secondo le regole della scienza naturale. Ed è la critica all'oggettività rankiana». *Ibidem*, p. 851.

118 Cfr. *Istorica 57*, cit., p. 151.

sintomaticamente lo storico dell'Ellenismo è posto accanto a Croce al fine di valutare qualità e portata della sua teoria della storia all'interno della complessa, finanche mai pacificata, riflessione dello storico napoletano. La tesi avanzata da Tessitore è che Croce avrebbe riconosciuto la peculiare presenza di Droysen, all'interno del dibattito storiografico post-hegeliano, nella sua opzione di meditare sulla «logica della storia», strada già segnata da Hegel, destreggiandosi tra i due poli della teoria della storia allora maggiormente in voga: la storia filologica e la filosofia della storia, erroneamente prospettata dall'idealismo «come teoria della storiografia e conoscenza storica».

Direttrice lungo la quale Croce rivalutò il concetto di istorica e l'uso ad essa associato, individuando, analogamente a quanto già Droysen aveva fatto nelle sue lezioni sulla *Historik*, come precipuo compito degli studi storici quello di fornire «un organo analogo a quello che il Kant aveva riconosciuto come valido per le scienze fisiche e naturali nella *Critica della ragion pura*». Era questa un'opzione teorica ben definita, che portava dritto al cuore della più ampia questione riguardante la declinazione da dare a 'questo' storicismo tedesco, ai nomi di Humboldt, Droysen e Dilthey, vale a dire coloro i quali Croce già citava nella lontana *Memoria* pontaniana del 1893, qui finalmente riaccompagnati alla loro fonte, quel Kant declinato nei termini di un 'kantismo eterodosso', per usare un'altra felice espressione tessitoriana, «evocato da Humboldt prima di Droysen e da Dilthey dopo Droysen». Un kantismo, questo della "linea Humboldt-Droysen-Dilthey", che accerta ed esalta l'ormai «compiuta rivoluzione antropologica kantiana, per cui il conoscere non è il *ri*-conoscimento di un oggetto già dato, bensì la determinazione delle leggi del pensiero che individuano l'oggetto del conoscere come il nuovo da acquisire»[119].

---

[119] F. Tessitore, *Croce e Droysen. Annotazioni*. Il presente testo è in corso di stampa all'interno di un volume miscellaneo dedicato al 150° anniversario della nascita di Benedetto Croce, promosso dall'Università di Chieti. La gentilezza dell'autore, a cui va la mia più sincera gratitudine, ha permesso allo scrivente di entrare in possesso della bozza definitiva del presente saggio, pur privo dei numeri di pagina.

Nel testo crociano del 1937, *La storia come pensiero e come azione*, Tessitore rintraccia il grande momento "sistematore", sotto il profilo teorico, della filosofia crociana; il momento nel quale, di fatto, la filosofia di Croce si riunisce con la storiografia, vale a dire col pensiero storico, venendo ad eliminare e annullare qualsivoglia concetto di una filosofia intesa e da intendersi fuori o sopra la storiografia. L'identità di storia e filosofia, che il Croce della *Memoria* del '93 non aveva attinto, sarà accessibile, nell'ottica crociana, nel saggio del '37 dove il nome di Droysen viene ad acquistare rinnovata importanza e vigore. Quando, «seguendo l'intuizione del 1893, "poesia e storiografia" (...) gli appaiono quali "le due ali del medesimo organo che respira, i due momenti tra loro collegati dello Spirito che conosce"». Tuttavia, non secondo la declinazione humboldtiana e poi diltheyana di arte/poesia e storiografia, ma secondo l'indirizzo storiografico di colui che, entro una certa prospettiva forse l'unico tra i contemporanei ad avere seguito un simile indirizzo, pur riagganciandosi alla riflessione storiografica e linguistica di Wilhelm von Humboldt, nella seconda metà del secolo XIX non smarrì la lezione hegeliana: Johann Gustav Droysen.

La riscoperta di Droysen viene a legarsi «al crociano raggiungimento categoriale dell'unità», vale a dire che il Droysen letto e meditato dal Croce maturo è «il pensatore hegeliano della "storia filosofica"». Ciò di cui Tessitore trova conferma nell'ultimo riferimento allo storico pomerano presente nel libro del '37, peraltro in un punto topico della teoria della storia crociana, quello incentrato sul «rapporto di "storiografia e morale, il giudizio morale nella storiografia"». Pertanto, il Droysen richiamato in questo luogo non è, né d'altronde potrebbe essere, il Droysen humboldtiano, ma sarà il Droysen luterano, quello che con «luterano agostinismo» si riferisce alla coscienza come a un sacrario nel quale soltanto può penetrare l'occhio di «"Colui che esamina il cuore e i reni"». Il Droysen di Croce, pur non humboldtiano, è ciononostante lo storico avvertito, tutt'altro che privo di spirito filosofico, della *Frage* declinata come «un ripensamento della tesi della "contemporaneità della storia", che, anche in *Teoria e storia della storiografia*, voleva essere la via per non accettare la risoluzione completa del conoscere storico nell'eternità dell'atto del pensiero che pensa se stesso».

Ciò che, da ultimo, premeva a Croce era ottenere la critica storica della ragione attraverso la fondazione del «giudizio prospettico e di previsione, razionale in sé», tuttavia, prendendo definitivamente congedo dalla ragione assoluta a vantaggio di una ragione riconosciuta come concreta, ossia che nelle «*anfractuosa vitae*, percepisce i suoi propri limiti costitutivi e non diffettivi». A questa altezza si colloca anche il giudizio morale della storia, momento che in Croce, come in Droysen, rappresenta «un bisogno, un giudizio in grado di assicurare la selezione critica delle azioni nell'armonia vichiana di *certo* e *vero*, la verificazione in quanto certificazione delle cose». Sul comune tronco della convinzione storicistica secondo la quale, in Droysen, bisogna sempre «pensare e vivere empiricamente» e in Croce che «la vita non è mai commedia, ma sempre tragedia» le ricerche dello storico pomerano e del filosofo napoletano vengono a fondare ciò che Tessitore definisce uno «storicismo del limite», il cui obiettivo sarebbe garantire la tenuta del legame dialettico instaurato, e ogni volta instaurabile, tra «unità» e «distinzione»[120]. Fu secondo questo indirizzo che Droysen poté svolgere in Croce un ruolo decisivo come rappresentante di un «hegelismo critico», convergente nella conciliazione, all'interno dell' «idealismo concreto» crociano, del «realismo» di De Sanctis con quello «hegelismo critico» proprio di una dialettica senza sistema, egualmente come Droysen nella sua teoria della storia «cercò di far convivere Hegel e Humboldt»[121].

Nel corso dei decenni lo storicismo tedesco ha ricevuto una sua declinazione certamente originale, pur se talvolta discutibile, negli studi di Pietro Rossi. Questi, nonostante si sia concentrato principalmente su altri autori, in particolare Dilthey e Weber, ha contribuito al dibattito italiano sullo storicismo, sostenendone, diversamente da Tessitore, la necessità di un congedo e una sua ricomprensione, di fatto, nel quadro di una metodologia storico-sociale. Parimenti, per ciò che riguarda Droysen, interessanti

120 *Ibidem*.

121 *Ibid.*

considerazioni sono svolte da Rossi nel saggio *Storiografia e scienze sociali nel Novecento*, pubblicato nel 1988 nel volume collettaneo *La storia*[122].

Il filosofo torinese nel secondo paragrafo (*L'eredità dello storicismo e la rivendicazione dell'autonomia del sapere storico*) affrontava il delicato tema riguardante la relazione che in termini storiografici sussisterebbe tra la riflessione storica di Ranke e la metodologia della scienza storica droyseniana. La storiografia rankiana non si rivolgeva alla storia alla ricerca di regolarità, che potessero essere espresse per mezzo di leggi, quanto al reperimento delle «"forze creative"», elementi concepiti come «"tendenze profonde"» per mezzo dei quali sarebbe possibile creare connessioni entro l'agire delle singole individualità. Si trattava di una proposta storiografica, che mirava alla fondazione di una autonomia teorico-metodologica della scienza storica riconosciuta in sostanziale antitesi rispetto alla metodologia di ricerca impiegata nello studio delle scienze della natura[123].

Di qui Rossi sembrava porre in continuità la riflessione storica rankiana con quella del suo principale avversario negli anni di insegnamento a Berlino: Johann Gustav Droysen. Anche in questa lettura il riconoscimento del carattere empirico dei materiali storici e il concetto di comprensione costituiscono gli elementi centrali della teoria della storia droyseniana. Si trattava di prendere le mosse dalle manifestazioni sensibili, la presenza di un dato materiale storico, per andare a ritroso nel passato, risalendo al 'processo interiore', che in tale materiale si troverebbe espresso. Il precipuo valore gnoseologico del comprendere sembrava emergere nel momento in cui questo processo avveniva dall'esterno verso l'interno, ossia, quando il soggetto, al fine di conoscere un certo passato, era chiamato a integrare il materiale delle fonti. In tal modo il *verstehen* veniva a configurarsi «come il procedimento specifico mediante il quale l'uomo entra in rapporto con

122 P. Rossi, *Storiografia e scienze sociali nel Novecento*, in *La storia. I grandi problemi dal Medioevo all'Età Contemporanea*, vol. VII *L'Età Contemporanea*, parte II *La cultura*, N. Tranfaglia e M. Firpo (a c. di), Einaudi, Torino, 1988, p. 699.

123 *Ibidem*.

gli uomini del passato e può conoscerne non soltanto le azioni, ma anche i moventi e le intenzioni»[124].

Qui Rossi non sembrava cogliere lo scarto decisivo che esisterebbe tra una teoria della storia, come era quella di Ranke, la cui ricerca delle 'tendenze profonde', per esempio di una data epoca, si legava alla 'capacità di divinazione' dei fatti assegnata allo storico, di qui al raggiungimento di quel *wie es eigentlich gewesen* in cui si esprimeva il lato oggettivo della ricostruzione storica rankiana, e la storiografia di Droysen avente di mira la fondazione di una metodologia capace di fornire un carattere scientifico agli studi storici, autonomizzandoli di fronte al metodo filosofico, la filosofia della storia hegeliana, nel 1857, e a quello delle scienze naturali, il positivismo della seconda redazione dell'*Istorica* (1882).

Diversamente, Droysen ripartiva da Ranke, il quale mai scrisse una istorica, né delineò una compiuta teoria del *verstehen*, per criticarne gli assunti metodologici presenti nelle opere, al tempo stesso proponendo una ermeneutica dei fatti storici fondata sul 'comprendere indagando' (*forschend zu verstehen*)[125]. A tale fine Droysen si servì non solo delle idee humboldtiane espresse nel saggio sulla lingua Kawi e ne *Il compito dello storico*, ma anche dell'impianto filologico ereditato da August Böckh, suo maestro a Berlino. La filologia di Böckh e dei suoi allievi, la cosiddetta *Sachphilologie*, intendeva leggere il passato basandosi su tutte le testimonianze materiali che per lo storico erano ancora disponibili al presente.

Si può dire che ai fini del *verstehen* risultava decisiva la mediazione filologica di Böckh, ossia, quanto svolto dal lavoro della critica. Questa, infatti, ha analizzato il materiale ottenuto dall'euristica e dimostrato che questo materiale, espresso in resti o concezioni, può essere utilizzato per comprendere gli atti di volontà che la storia offre. Lungo questa via, l'insieme di quanto è stato stabilito criticamente costituirà un 'fondo di materiale accertato' con il quale sarà possibile continuare a lavorare. Scopo del procedimento critico, lungi dall'essere la presentazione dei fatti autentici,

---

124 *Ibid.*

125 Sotto questo profilo appare decisiva la riscoperta che di Ranke fece Friedrich Meinecke.

ciò che la scuola di Ranke pretendeva di raggiungere, sarà la verifica dell'espressione che i materiali possono rendere presente e accessibile.

Un simile accertamento permetterà allo storico di reperire quei materiali che rappresentano gli elementi primari nella formazione degli eventi passati. Poiché i materiali non si presentano che sotto forma di resti e rovine, lo storico sarà chiamato a ricomporre il materiale al fine di ottenere non «l'edificio, ma il progetto e la struttura dell'edificio»[126]. Solo una volta che tali materiali saranno accertati e verificati dalla critica, questi potranno essere disponibili per l'interpretazione, presentando ogni volta vincoli interpretativi interni. Concludendo, dunque, mentre la storiografia di Ranke sembrava restare su un livello gnoseologico per certi versi problematico, in Droysen il sapere filologico sviluppato nei confronti dell'oggetto storico ne rendeva possibile la conoscenza, fermo restando la consapevolezza dell'insuperabile differenza tra la storia e il nostro sapere di essa, in altre parole, l'irriducibile contemporaneità di ogni storia.

126 J.G. Droysen, *Istorica* 57, cit., p. 220.

Bibliografia

Antoni, Carlo, **Recensione a J.G. Droysen, Historik. Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte**, in «Studi Germanici», II (1937), pp. 439-440.

Assis, Alfaix, Arthur, **A didática da história de J.G. Droysen: constituição e atualidade**, in «Revista Tempo», 20 (2014), pp. 1-18.

_____. **What Is History For? Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography**, Berghahn Books, New York, 2014.

Astholz, Hildegard, **Das Problem "Geschichte" untersucht bei Johann Gustav Droysen**, Verlag Dr. Emil Ebering, Berlin, 1933.

Berve, Helmut, **Recensione a J.G. Droysen, Historik**, in «Klio», 32 (1939), pp. 221-224.

Blanke, Horst Walther, **Die Historik im Kontext der Lehr- und Publikationstätigkeit Droysens**, in **Johann Gustav Droysen.**

Philosophie und Politik - Historie und Philologie, S. Rebenich, H.-U. Wiemer (a c. di), Campus, Frankfurt am Main, 2012, pp. 393-426.

Bravo, Benedetto, **Philologie, histoire, philosophie de l'histoire. Etude sur J.G. Droysen historien de l'antiquitè**, Polskiej Akademii Nauk, Wrocklaw-Varsovie-Cracovie, 1968.

Burger, Thomas, **Droysen's Defense of Historiography: A Note**, in «History and Theory», 16 (1977), pp. 168-173.

Cacciatore, Giuseppe, **Il concetto di Empiria tra Droysen e Dilthey**, in «Atti della Accademia Pontaniana», XL (1991), pp. 55-73.

Caianiello, Silvia, **Finitezza ed eticità nel pensiero storico di J.G. Droysen**, in «Archivio di storia della cultura», II (1989), pp. 305-323.

_____. **Introduzione a J.G. Droysen**, in **Istorica. Le lezioni del 1857**, Guida Editore, Napoli, 1994, pp. 9-68.

_____. **Droysen e l'idea storicista del tempo cumulativo**, in «Archivio di storia della cultura», XIII (2000), pp. 75-92.

_____. **La duplice natura dell'uomo. La polarità come matrice del mondo storico in Humboldt e Droysen**, Rubbettino, Soveria Mannelli, 2001.

_____. **Il fattore del tempo nella spiegazione storica tra storiografia e scienze naturali**, in «Archivio di storia della cultura», XV (2002), pp. 239-254.

_____. **Le forme e la storia: suggestioni aristoteliche in Droysen**, in «Archivio di storia della cultura», XVII (2004), pp. 161-184.

_____. **Scienza e tempo alle origini dello storicismo tedesco**, Liguori, Napoli, 2005.

_____. **Verso una storia dell'Istorica di J.G. Droysen**, in «Archivio di Storia della Cultura», XXIII (2010), p. 293-319.

_____. **A proposito di Droysen**, in «Archivio di storia della cultura», XXV (2012), pp. 251-264.

Cantillo, Giuseppe, **Conoscenza storica e teoria della storia: Dilthey e Droysen**, in **Critica della metafisica e ragione storica**, G. Cacciatore e G. Cantillo (a c. di), Il Mulino, Bologna, 1985, pp. 245-288.

_____. **Tempo storico e teoria della storia: J.G. Droysen e la tradizione del Historismus**, in «Discorsi», VI (1986), pp. 213-226.

_____. **J.G. Droysen: storia universale e Kulturgeschichte**, in «Archivio di storia della cultura», I (1988), pp. 81-136.

_____. **L'eccedenza del passato. Per uno storicismo esistenziale**, Morano, Napoli, 1993.

_____. **La cultura filosofica a Napoli**, Il Mulino, Bologna, 2004.

_____. **La logica del comprendere. Filologia e storia nella Istorica di Droysen**, in «Bollettino Filosofico», 27 (2011-2012), pp. 43-59.

Cantimori, Delio, **Studi di storia**, Einaudi, Torino, 1959.

_____. **Conversando di storia**, Laterza, Bari, 1967.

Chabod, Federico, **Uno storico tedesco contemporaneo**, in «Nuova rivista storica», XI (1927), pp. 592-603.

_____. **Necrologio**, in «Rivista storica italiana», 67 (1955), pp. 272-288.

Croce, Benedetto, **Recensione a C.D. Pflaum, G.G. Droysens Historik in ihrer Bedeutung für die moderne Geschichtswissenschaft**, in «La Critica», 6 (1908), pp. 381-385.

_____. **Primi saggi**, Laterza, Bari, 1927[2].

_____. **Conversazioni critiche**, Laterza, Bari, 1932.

_____. **Pagine sparse**, 3 voll., vol. III, Ricciardi Editore, Napoli, 1943.

_____. **La storia come pensiero e come azione**, Bibliopolis, Napoli, 2007.

_____. **Teoria e storia della storiografia**, Bibliopolis, Napoli, 2007.

Diaz, Furio, **Storicismi e storicità**, Morano, Napoli, 1988.

Droysen, Giovanni Gustavo, **Sommario di istorica**, Sansoni, Firenze, 1943.

Droysen, Johann Gustav, **Kleine Schriften zur alten Geschichte**, 2 voll., vol. I, Teubner, Lipsia, 1893/1894.

_____. **Politische Schriften**, F. Gilbert (a c. di), Oldenbourg Verlag, München und Berlin, 1933.

_____. **Istorica. Lezioni sulla enciclopedia e metodologia della storia**, L. Emery (a c. di), Ricciardi Editore, Milano-Napoli, 1966.

_____. **Istorica. Lezioni di enciclopedia e metodologia della storia (1857)**, S. Caianiello (a c. di), Guida editore, Napoli, 1994.

Escudier, Alexandre, **Schleiermacher et l'amitié romantique: de la théorie de la sociabilité à l'Éthique**, in **Atti del convegno: «L'amitié et les sciences: de Descartes à Lévi-Strauss» (16-17 gennaio 2009)**, F. Waquet et J.C. Darmon (a c. di), Éditions Hermann, Paris, 2010, pp. 73-90.

_____. **«Être homme d'État, c'est être historien dans l'ordre pratique». Action politique et historicité chez J.G. Droysen**, in C. Bouton et B. Bégout (a c. di), **Penser l'histoire: de Karl Marx aux siècles des catastrophes**, Editions de l'Éclat, Paris, 2011, pp. 51-69.

Firpo, Luigi, **Premessa**, in Chabod, Federico, **Lezioni di metodo storico**, Laterza, Roma-Bari, 1988, pp. I-VI.

Focher, Ferruccio, **Droysen e il problema del metodo storico**, in «Rivista di studi crociani» XI (1974), pp. 413-422.

Franchini, Raffaello, **Recensione a J.G. Droysen, Istorica. Lezioni sulla Enciclopedia e Metodologia della Storia**, in «Rivista di studi crociani», IV (1967), pp. 104-105.

Gembillo, Giuseppe, **La presenza di Droysen nella filosofia crociana**, in «Rivista di studi crociani», XII (1975), pp. 146-165.

Greiert, Andreas, **"Viele sind berufen, aber wenige auserwählt". Geschichtstheorie, Politik und sittlicher Kosmos bei Johann Gustav Droysen**, in «Historische Zeitschrift», 292 (2011), pp. 397-423.

Guerra, Francesco, **Alle origini del comprendere indagando (Forschend zu verstehen): il carattere empirico del materiale storico e la critica al concetto di 'fatto oggettivo' nella Istorica di J.G. Droysen**, «Scrinia», 4 (1), 2007, 47-75.

_____. **Friedrich Meinecke: da Ranke al cristianesimo secolarizzato**, in: «Scrinia», 4 (3), 2007, 115-124.

_____. **Droysen tra trascendentalismo e ontologia**, in: «Archivio di storia della cultura», XX, 2007, 341-371.

_____. **Questa fu la Prussia. Il carteggio tra Johann Gustav Droysen e Heinrich von Treitschke**, in: «Annali dell'Istituto Italiano per gli Studi Storici», XXIII, 2008, 567-635.

_____. **Il (Super)Reich prussiano e luterano di Droysen tra Macht e Friedenspolitik**, Aracne, Roma, 2014.

_____. **Recensione a A.A. Assis, What Is History For? Johann Gustav Droysen and the Functions of Historiography**, in «H-Soz-Kult», 28.05.2015, consultabile al sito: <http://www.hsozkult.de/publicationreview/id/rezbuecher-22322>.

_____. **'Conjunge et imperabis'. Einheit e Freiheit nel pensiero politico di Johann Gustav Droysen**, Società Editrice Il Mulino, Napoli, 2016.

_____. **Johann Gustav Droysen e le funzioni della storiografia. Una nota su "What is history for?" di Arthur Alfaix Assis**, in «Archivio di Storia della Cultura», XXIX (2016), pp. 239-248.

Hackel, Christiane, **Die Bedeutung August Boeckhs für den Geschichtstheoretiker Johann Gustav Droysen: die Enzyklopädie-Vorlesungen im Vergleich**, Königshausen & Neumann, Würzburg, 2006.
Iacono, Alfonso Maurizio, **Storia, verità e finzione**, Manifestolibri, Roma, 2006.

_____. **De l'«histoire théorétique ou conjecturelle»**, in B. Binoche, R. Bizzocchi, A. M. Iacono, Ch. Jaquet, G. Paoletti, J.-P. Schandeler, **Que**

faire de l'histoire? Philosophie et conscience historique au siècle des Lumières, ETS, Pisa, 2015, pp. 63-76.

_____. **The History and Theory of Fetishism**, Palgrave Macmillan, New York, 2016.

Jaeger, Friedrich, **Bürgerliche Modernisierungskrise und historische Sinnbildung Kulturgeschichte bei Droysen, Burckhardt und Max Weber**, Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen, 1994.

Kohn, Hans, **Recensione a J.G. Droysen, Historik**, in «Annals of the American Academy of Political and Social Science», 193 (1937), pp. 190-191.

Labriola, Antonio, **Tutti gli scritti filosofici e di teoria dell'educazione**, L. Basile e L. Steardo (a c. di), B. De Giovanni (postfazione di), Bompiani, Milano, 2014.

Liebel-Weckowicz, Helen, **Recensione a F. Jaeger, Bürgerliche Modernisierungskrise und historische Sinnbildung: Kulturgeschichte bei Droysen, Burckhardt und Max Weber**, in «History and Theory», 34 (1995), pp. 261-270.

Maclean, Michael, **Johann Gustav Droysen and the Development of Historical Hermeneutics**, in «History and Theory», 21 (1982), pp. 347-365.

_____. **History in a Two-Cultures World: The Case of the German Historians**, in «Journal of the History of Ideas», 49 (1988), p. 473-494.

Meinecke, Friedrich, **Pagine di storiografia e filosofia della storia**, G. Di Costanzo (a c. di), Edizioni Scientifiche Italiane, Napoli, 1984.

Niebuhr, Barthold Georg, **Römische Geschichte**, 4 voll., vol. 1, G. Reimer, Berlin, 1828.

_____. **Vorträge über römische Geschichte**, M. Isler (a c. di), 3 voll., G. Reimer, Berlin, 1846-1848.

Nippel, Wilfried, **Johann Gustav Droysen. Ein Leben zwischen Wissenschaft und Politik**, C.H. Beck, München, 2008.

_____. **Das forschende Verstehen, die Objektivität des Historikers und die Funktion der Archive. Zum Kontext von Droysens Geschichtstheorie**, in **Johann Gustav Droysen. Philosophie und Politik - Historie und Philologie**, S. Rebenich, H.-U. Wiemer (a c. di), Campus, Frankfurt am Main, 2012, pp. 337-392.

Oexle, Otto Gerhard, **Die Geschichtswissenschaft im Zeichen des Historismus. Bemerkungen zum Standort der Geschichtsforschung**, in «Historische Zeitschrift», 238 (1984), pp. 17-55.

Omodeo, Adolfo, **Lettere 1910-1946**, Einaudi, Torino, 1963.

Paetrow, Stefan, **Die Entstehung der Historik in Jena**, in **Facetten eines Historiker**, K. Ries (a c. di), Franz Steiner Verlag, Wiesbaden, 2010, pp. 31-42.

Piovani, Pietro, **Conoscenza storica e coscienza morale**, Morano, Napoli, 1966.

_____. **Filosofia e storia delle idee**, Laterza, Bari, 1965.

Pranteda, Maria Antonietta, **Filologia e interpretazione. Un dibattito nella Germania dell'Ottocento**, Libreria Universitaria edizioni, Padova, 2013.

Rebenich, Stefan, **Umgang mit toten Freunden. Droysen und das Altertum**, in **Die Ideale der Alten. Antikerezeption um 1800**, V. Rosenberger (a c. di), Franz Steiner Verlag, Stuttgart, 2008, pp. 131–152.

Reill, Hanns Peter, **Barthold Georg Niebuhr and the Enlightenment Tradition**, in «German Studies Review», III (1980), pp. 9-26.

Riedel, Manfred, **Der Staatsbegriff der deutschen Geschichtsschreibung in seinem Verhältnis zur klassisch-politischen Philosophie**, in «Der Staat», 2 (1963), pp. 41-63.

Ries, Klaus, **Johann Gustav Droysens Historik und die Tradition der Aufklärungshistorie**, in **Facetten eines Historiker**, K. Ries (a c. di), Franz Steiner Verlag, Wiesbaden, 2010, pp. 57-78.

Rossi, Pietro, **Storiografia e scienze sociali nel Novecento**, in **La storia. I grandi problemi dal Medioevo all'Età Contemporanea**, vol. VII: **L'Età Contemporanea**, parte II: **La cultura**, N. Tranfaglia e M. Firpo (a c. di), Einaudi, Torino, 1988, p. 695-732.

Rothacker, Erich, **Recensione a J.G. Droysen, Historik**, in «Historische Zeitschrift», 161 (1940), pp. 84-92.

Schulz, Werner, **Der Einfluß luterischen Geistes auf Rankes und Droysens Deutung der Geschichte**, in «Archiv für Reformationsgeschichte», 39 (1942), pp. 108-142.

Stueber, Karsten R., **Understanding Versus Explanation? How to Think about the Distinction between the Human and the Natural Sciences**, in «Inquiry: An Interdisciplinary Journal of Philosophy», 55 (2012), pp. 17-32. Articolo consultabile al sito: <http://dx.doi.org/10.1080/0020174X.2012.643621>.

Tessitore, Fulvio, **L'"Istorica" di Droysen tra Humboldt e Hegel**, in «Filosofia», XXII (1971), pp. 311-50 (ora in **Contributi alla storia e alla teoria dello storicismo**, Edizioni di Storia e Letteratura, Roma, 1995, pp. 811-62).

_____. **Parerghi e paralipomeni allo Historismus**, Scienza e Lettere, Roma, 2015, pp. 53-67, in particolare pp. 66-67.

_____. **Croce e Droysen. Annotazioni**. (Il presente testo è in corso di stampa all'interno di un volume miscellaneo dedicato al 150° anniversario della nascita di Benedetto Croce, promosso dall'Università di Chieti).

Troeltsch, Ernst, **Der Historismus und seine Probleme**, Mohr, Tübingen, 1922.
Welskopp, Thomas, **Der "echte Historiker" als "richtiger Kerl". Neue Veröffentlichungen (nicht nur) zum 200. Geburtstag von Johann Gustav Droysen**, in «Historische Zeitschrift», 288 (2009), pp. 385-407.

White, Hayden, **Recensione a J.G. Droysen, Historik**, in «History and Theory», XIX (1980), pp. 73-93.

Impressão e acabamento Cegraf – UFG
Av. Esperança, s/n, Câmpus Samambaia
74690-900 – Goiânia – Goiás – Brasil
Fone: (62) 3521 1107 – (62) 3521 1351
comercial.editora@ufg.br
www.cegraf.ufg.br